



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

BOLETIM DE TRABALHO

DO RIO GRANDE DO SUL

V. 5 N. 4

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Gabriel Vieira de Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Danielle Calazans

Secretário Adjunto: Bruno Silveira

Subsecretária de Planejamento: Carolina Mór Scarparo

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

V. 5, N.4, dezembro 2023

Porto Alegre, RS

Bol. Trab.	Porto Alegre	v. 5	n. 4	p. 1-33	dez. 2023
------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 20.º andar

Porto Alegre - RS - 90119-900

Fone: (51) 3288-1196

E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br

Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Chefe da Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

Equipe Técnica: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Raul Luís Assumpção Bastos

Revisão Técnica: Martinho Roberto Lazzari

Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de trabalho do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1, (2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Mercado de trabalho – Rio Grande do Sul. 2. Trabalho formal – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 331.5(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

O Boletim de Trabalho oferece, trimestralmente, análises sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, aprofundando, a cada edição, algum aspecto referente à força de trabalho e à ocupação, em dimensões como os rendimentos, o perfil demográfico dos trabalhadores e as diferentes formas de inserção no mercado.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2023	6
1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	6
1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL	8
1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	11
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS	15
1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
2 EMPREGO FORMAL: CRESCIMENTO MENOR E RETRAÇÕES LOCALIZADAS	18
2.1 O DESEMPENHO DO RS NA ÚLTIMA POSIÇÃO ENTRE AS UFS	18
2.2 RESULTADOS SETORIAIS: CONSTRUÇÃO E INDÚSTRIA SOFREM PERDAS	20
2.3 ATRIBUTOS PESSOAIS: O MONOPÓLIO DOS JOVENS E A PREDOMINÂNCIA DAS MULHERES NOS POSTOS ADICIONAIS	24
2.4 A HETEROGENEIDADE DAS VARIAÇÕES NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RS ...	27
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
3 Box	30
MUDANÇA DA ESTRUTURA ETÁRIA DA FORÇA DE TRABALHO E DESOCUPAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL	30
REFERÊNCIAS	32

SUMÁRIO EXECUTIVO

Na **seção 1** deste número do **Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul**, elaborada com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam-se evidências sobre o desempenho do mercado de trabalho do Estado no terceiro trimestre de 2023, em perspectiva comparada com os de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e o do País.

Dando-se ênfase às variações interanuais dos indicadores, a taxa de participação na força de trabalho manteve-se estável no RS, no terceiro trimestre de 2023, em 64,8%. Esse indicador também ficou estável em SC e em SP, enquanto, no PR e no País, registrou redução. Assim, o comportamento da taxa de participação na força de trabalho, no terceiro trimestre de 2023, não pressionou o mercado de trabalho pelo lado da oferta.

O nível de ocupação, no terceiro trimestre de 2023, em comparação com o terceiro trimestre de 2022, ficou estável no RS (61,3%), assim como em SC, em SP e no País, enquanto, no PR, evidenciou queda. A estabilidade do nível de ocupação do RS, no terceiro trimestre de 2023, interrompeu uma sequência de nove variações interanuais positivas do indicador. Já no que se refere à estrutura ocupacional, a taxa de informalidade manteve-se estável, no terceiro trimestre de 2023, no RS (31,5%), assim como nos demais estados da Região Sul, em SP e no País.

Quanto à subutilização da força de trabalho, a taxa de desocupação, no terceiro trimestre de 2023, em termos interanuais, ficou estável no RS (5,4%) e em SC, enquanto, no PR, em SP e no País, apresentou queda. No caso do RS, a estabilidade da taxa de desocupação, no terceiro trimestre de 2023, interrompeu o processo de seis reduções interanuais consecutivas do indicador.

A incidência da desocupação de longo prazo, que corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados, reduziu-se, no RS, de 27,8% no terceiro trimestre de 2022 para 21,8% no terceiro trimestre de 2023. Nessa mesma referência comparativa, o indicador também evidenciou queda nos demais estados da Região Sul, em SP e no País.

Um indicador mais amplo de subutilização da força de trabalho, a taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, no terceiro trimestre de 2023, em comparação com o mesmo trimestre de 2022, sofreu redução no RS, de 10,2% para 9,0%, assim como no PR, em SP e no País, enquanto, em SC, manteve-se estável. Na comparação com todos os terceiros trimestres da série temporal da PNAD Contínua, esse foi o menor nível do indicador, no RS, desde 2015.

O rendimento médio real habitual dos ocupados, no terceiro trimestre de 2023, na comparação interanual, permaneceu estável no RS em R\$ 3.317, assim como em SC, no PR e em SP; já no País, registrou variação positiva. No que diz respeito ao RS, esse comportamento do rendimento médio real habitual interrompeu uma sequência de três variações interanuais positivas do indicador.

Também no que se refere aos rendimentos dos ocupados, a massa de rendimento real habitual, no terceiro trimestre de 2023, ante o terceiro trimestre de 2022, manteve-se estável no RS (R\$ 18.840 milhões), em SC e no PR, mas, em SP e no País, registrou variações positivas. Quanto ao RS, a estabilidade da massa de rendimento real habitual, no terceiro trimestre de 2023, pôs fim a uma sequência de quatro variações interanuais positivas da mesma.

Na **seção 2, "Emprego formal: crescimento menor e retrações localizadas"**, a análise centra-se nessa órbita do mercado de trabalho, constituída pelos ocupados, empregados, com vínculos legalizados. Em razão da riqueza das bases estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — especialmente, para as análises conjunturais, o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), que tem notável tempestividade —, tal recorte analítico permite explorar uma ampla gama de dimensões da realidade ocupacional do Estado, a partir de seu segmento mais protegido, institucionalmente, e que se associa mais diretamente à dinâmica do tecido produtivo mais estruturado.

A análise dos resultados dessa série, que tem periodicidade mensal, prioriza a composição de intervalos de 12 meses, como forma de evitar as distorções decorrentes de variações sazonais. No Rio Grande do Sul, entre outubro de 2022 e o mesmo mês de 2023 — último dado divulgado —, o estoque de empregados formais cresceu 1,8%. Esse resultado é significativamente inferior aos 3,4% verificados para o agregado do País e coloca — uma vez mais — o

mercado de trabalho gaúcho como o último colocado, em intensidade de expansão, no universo das 27 unidades da Federação (UFs). Essa posição é a mesma quando se analisam os 12 meses anteriores e, também, o acumulado de 36 meses desde o primeiro outubro da série do Novo Caged, que foi o de 2020.

As variações setoriais assinalam, no intervalo mais recente, duas contrações, entre os cinco chamados grandes grupamentos: a construção apresentou o recuo mais significativo do ponto de vista percentual (-1,7%), enquanto a indústria, que decresceu 0,9%, eliminou o maior número de postos (6,7 mil). Agricultura, comércio e, especialmente, serviços cresceram. Este último atingiu a expansão mais intensa, relativamente (3,7%), e concentrou mais de 85% do saldo total alcançado pelo Estado (cerca de 41 mil dos 47,4 mil vínculos de trabalho adicionais que o Rio Grande gerou nos 12 meses encerrados em outubro último). A indústria de transformação (IT), que responde por mais de 95% do setor indústria, passou por retrações em 11 dos seus 24 segmentos (enquanto, nos 12 meses anteriores, haviam sido apenas dois). Os maiores volumes de empregos perdidos registraram-se no segmento de couro e calçados (-5,6 mil), máquinas e equipamentos (-2,6 mil), vestuário (-1,3 mil) e produtos de metal exceto máquinas e equipamentos (-1,1 mil). Já no que tange aos segmentos em que o emprego formal se expandiu, os resultados mais significativos, em número de vínculos formais, ocorreram em outros equipamentos de transporte exceto automotores (1,4 mil), produtos alimentícios (1,2 mil) e veículos automotores (1,1 mil).

A distribuição do emprego segundo grupos populacionais recortados por critérios sociodemográficos reapresentou tendências que têm marcado praticamente toda a série do Novo Caged, iniciada em janeiro de 2020. Em primeiro lugar, os saldos (que resultam da diferença entre o número de trabalhadores admitidos e desligados) privilegiam indivíduos muito jovens — de menores de idade até 24 anos. Essa faixa teve, no Estado, uma expansão de cerca de 70 mil vínculos, nos 12 meses mais recentes do Caged, superando em muito o saldo final de 47,4 mil do total de trabalhadores, uma vez que todas as coortes a partir dos 30 anos sofreram decréscimos de contingente (o segmento de 25 a 29 ficou muito próximo da estabilidade). No quesito da educação formal, a formação de saldos positivos assenta-se na expansão do contingente com ensino médio incompleto e, sobretudo, completo. O mercado formal gaúcho mostra-se muito pouco permeável, não apenas aos que detêm menos anos de estudo (faixa ampla em que há saldo negativo de mais de 3 mil postos), mas também aos indivíduos com nível superior incompleto ou completo. Dentre estes últimos, o Novo Caged indica, também, redução absoluta de contingente (-1,3 mil postos).

As mulheres conquistaram 53,0% do saldo apurado pelo Novo Caged para os 12 meses entre outubro de 2022 e outubro de 2023, com um diferencial de cerca de 3 mil postos de “vantagem” sobre os homens. Analisam-se as atividades econômicas em que mais se expandiram os empregos de cada um dos sexos, encontrando-se convergências, como no comércio — tanto atacadista quanto varejista — e nos serviços de alimentação, bem como diferenças, que sugerem a persistência de padrões socioculturais que reproduzem associações entre certas ocupações e características socialmente construídas como típicas de cada gênero. Nesse sentido, atividades ligadas à educação e à atenção à saúde humana encontram, na expansão do emprego feminino, um destaque que não se verifica junto aos homens; inversamente, para esses, ganham significativa participação segmentos como vigilância e segurança, agricultura, e transportes terrestres.

Todas as Regiões Funcionais (RFs) em que se subdivide o Estado apresentaram variação positiva do emprego nos 12 meses priorizados nesta análise, mas elas se distribuíram em um intervalo de grande amplitude, entre uma virtual estagnação — elevação de 0,1%, na RF 8 (Central, nucleada pelo Município de Santa Maria) — e a expansão de 3,9% na RF 9 (Norte, em que se destacam Passo Fundo e Erechim). Na primeira dessas regiões, a fabricação de tratores e máquinas agrícolas, bem como a construção, foram atividades que contribuíram para rebaixar o desempenho regional. Na segunda, abate e fabricação de produtos de carne, de um lado, e serviços como publicidade e intermediação de mão de obra, de outro, ajudaram a configurar o resultado positivamente diferenciado.

1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2023¹

O mercado de trabalho do Rio Grande do Sul sofreu uma intensa deterioração no segundo e no terceiro trimestre de 2020, durante a recessão econômica provocada pela pandemia de COVID-19, a qual foi agravada pela severa estiagem que ocorreu no Estado em 2020 (Conceição; Lazzari; Fantinel, 2021). Nesse contexto, o nível de ocupação passou por uma grande contração, atingindo o menor patamar até então verificado, enquanto a taxa de desocupação se elevou para o seu nível máximo no terceiro trimestre de 2020 (Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul, 2020). Em 2021, com o avanço da vacinação e o processo de recuperação econômica, o mercado de trabalho estadual ingressou em uma trajetória de recuperação. No ano seguinte, embora uma nova estiagem tenha tido um efeito negativo relevante sobre o desempenho macroeconômico do RS (Conceição; Lazzari; Fantinel, 2023a), o mercado de trabalho gaúcho manteve-se em um movimento de gradativa melhora de seus indicadores, a ponto de a taxa de desocupação ter-se situado, no quarto trimestre de 2022, no menor nível para esse indicador desde o quarto trimestre de 2014 (Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul, 2023). Nos dois primeiros trimestres de 2023, o nível de ocupação e a taxa de desocupação no Estado, na margem, mantiveram-se estáveis, todavia os seus patamares eram mais favoráveis do que os dos mesmos trimestres de 2022.

Nesta seção, elaborada com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam-se evidências sobre o desempenho dos principais indicadores do mercado de trabalho do Estado no terceiro trimestre de 2023. O acompanhamento do mercado de trabalho do RS no período é feito em perspectiva comparada com os dos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e o do País. São realizadas, ainda, comparações, com indicadores selecionados, da posição relativa do RS ante todas as unidades da Federação (UFs). Assim, a presente seção está organizada em quatro subseções, quais sejam: participação na força de trabalho; nível de ocupação e trabalho informal; subutilização da força de trabalho; e rendimentos dos ocupados.

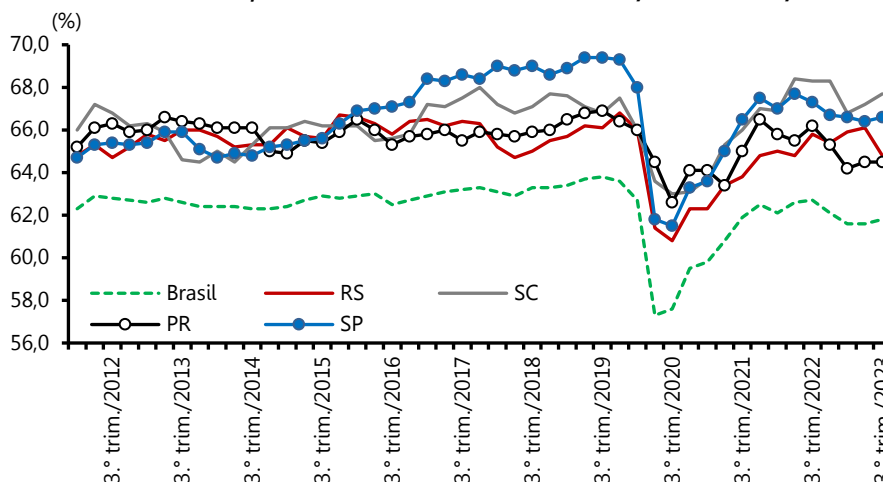
1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

Observando-se o mercado de trabalho do RS no passado recente, sob a ótica da oferta de trabalho, constata-se que a taxa de participação na força de trabalho (TPFT)², após ter enfrentado uma retração acentuada no pior momento da pandemia de COVID-19, no segundo e no terceiro trimestre de 2020, passou por um processo de recuperação que se estendeu até o primeiro trimestre de 2022 (**Gráfico 1**). Desde então, esse indicador tem oscilado, configurando a ausência de uma tendência bem-definida. No terceiro trimestre de 2023, ante o segundo trimestre do mesmo ano, a TPFT registrou variação negativa no RS, tendo passado de 66,1% para 64,8%. Em SC, no PR e em SP, na mesma referência comparativa, o indicador manteve-se estável em 67,7%, 64,5% e 66,6% respectivamente; já no âmbito nacional, apresentou uma leve oscilação positiva, passando de 61,6% para 61,8%. Quanto ao comportamento interanual da TPFT, no terceiro trimestre de 2023, o indicador ficou estável no RS, assim como em SC e no PR, uma vez que as suas oscilações não têm significância estatística; em SP e no País, evidenciou retrações de 0,7 e de 0,9 ponto percentual respectivamente. No RS, assim como no PR, em SP e no âmbito nacional, a TPFT, no terceiro trimestre de 2023, situava-se abaixo de seu nível em uma referência comparativa anterior à pandemia de COVID-19, o terceiro trimestre de 2019.

¹ Esta seção foi elaborada com dados disponíveis até 6 de dezembro de 2023.

² A **taxa de participação na força de trabalho** é obtida pela divisão da força de trabalho pela População em Idade de Trabalhar, sendo expressa em termos percentuais (ILO, 2016). O indicador mede, assim, a parcela relativa de pessoas de 14 anos ou mais de idade — delimitação etária adotada pela PNAD Contínua — que está no mercado de trabalho, seja na condição de ocupada, seja na de desocupada.

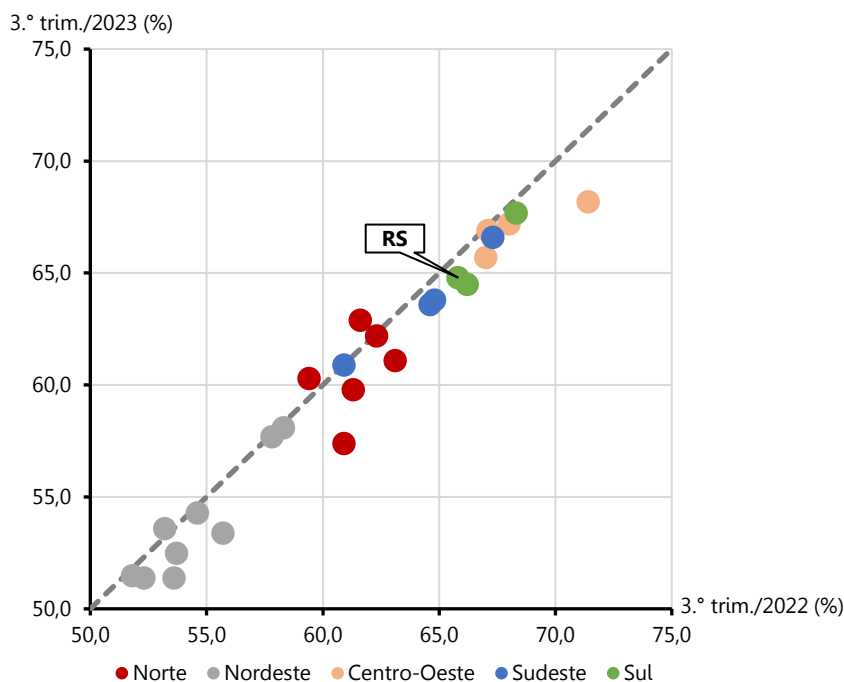
Gráfico 1 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

No que diz respeito à evolução da posição relativa do RS ante todas as UFs, em termos de participação na força de trabalho (FT), esta pode ser conhecida por meio do **Gráfico 2**. Nesse gráfico de dispersão, a TPFT de cada UF no terceiro trimestre de 2022 está sendo medida no eixo horizontal, e a do terceiro trimestre de 2023, no eixo vertical. Assim, os pontos (ou observações) no gráfico contêm a informação da TPFT de dois trimestres de cada UF. Quanto mais o ponto correspondente a uma UF estiver à direita do gráfico, mais elevada será a sua TPFT no terceiro trimestre de 2022; e quanto mais para cima estiver, maior será a sua TPFT no terceiro trimestre de 2023. De acordo com o que se pode identificar no Gráfico 2, no terceiro trimestre de 2022, o RS detinha a oitava maior TPFT, dado que sete pontos estavam mais à direita do que o do Estado (os quais representam as quatro UFs da Região Centro-Oeste, SC, PR e SP). Já no terceiro trimestre de 2023, o RS passou a deter a sétima maior TPFT, uma vez que seis pontos estavam acima ao do Estado (a TPFT do RS havia ultrapassado a do PR).

Gráfico 2 - Taxa de participação na força de trabalho, por regiões, nas unidades da Federação do Brasil — 3.º trim./2022 e 3.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

O contingente de pessoas na FT do RS, no terceiro trimestre de 2023, na margem, sofreu uma retração de 1,5%, tendo passado de 6.271 mil para 6.174 mil pessoas (**Tabela 1**); em SC, PR e SP, manteve-se estável; e, no País, registrou variação positiva de 0,6%. Na referência comparativa interanual, no terceiro trimestre de 2023, o contingente de pessoas na FT ficou estável no RS, nos demais estados da Região Sul e em SP; no País, evidenciou uma variação negativa de 0,5%. Quando comparada com período anterior à pandemia de COVID-19, constata-se que a FT do RS, assim como a de SP, no terceiro trimestre de 2023, era ainda levemente inferior àquela do terceiro trimestre de 2019.

Tabela 1 - Força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

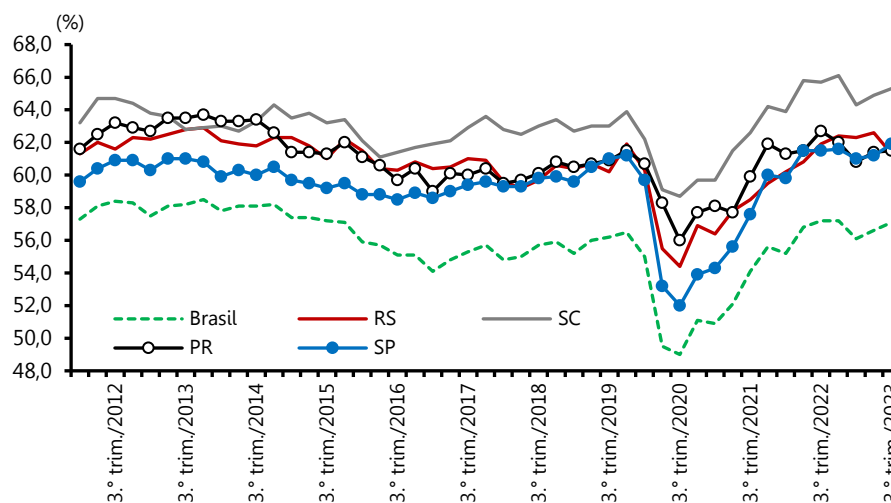
DISCRIMINAÇÃO	FORÇA DE TRABALHO (1.000 pessoas)						VARIÇÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	3.º Trim./2021	3.º Trim./2022	2.º Trim./2023	3.º Trim./2023	3.º Trim./2023 2.º Trim./2023	3.º Trim./2023 3.º Trim./2022
Brasil	107.535	98.037	106.430	108.729	107.557	108.154	(1) 0,6	(1)-0,5
RS	6.212	5.711	6.086	6.261	6.271	6.174	(1)-1,5	-1,4
SC	3.922	3.784	3.924	4.098	4.086	4.131	1,1	0,8
PR	6.172	5.851	6.072	6.260	6.169	6.188	0,3	-1,2
SP	26.087	23.411	25.614	26.128	25.963	26.061	0,4	-0,3

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL

Após ter sofrido uma intensa queda no segundo e no terceiro trimestre de 2020, durante a eclosão da emergência sanitária associada à pandemia de COVID-19, o nível de ocupação (NO)³ do RS apresentou uma trajetória clara de recuperação. No terceiro trimestre de 2022, esse indicador havia inclusive superado o patamar anterior ao da pandemia de COVID-19. Já no terceiro trimestre de 2023, na margem, o NO do RS evidenciou retração, tendo passado de 62,6% para 61,3%, interrompendo o seu processo de melhora (**Gráfico 3**). Nessa base comparativa, ficou estável em SC (65,2%) e no PR (61,5%), e, em SP e no agregado nacional, teve variações positivas (de 61,2% para 61,9% e de 56,6% para 57,1% respectivamente). Na referência comparativa interanual, no terceiro trimestre de 2023, o NO ficou estável no RS, em SC, em SP e no âmbito do País; no PR, registrou queda de 1,2 ponto percentual. Em relação ao RS, no terceiro trimestre de 2023, pode-se ainda destacar que a estabilidade do NO interrompeu o processo de nove variações interanuais positivas do indicador.

Gráfico 3 - Nível de ocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2023

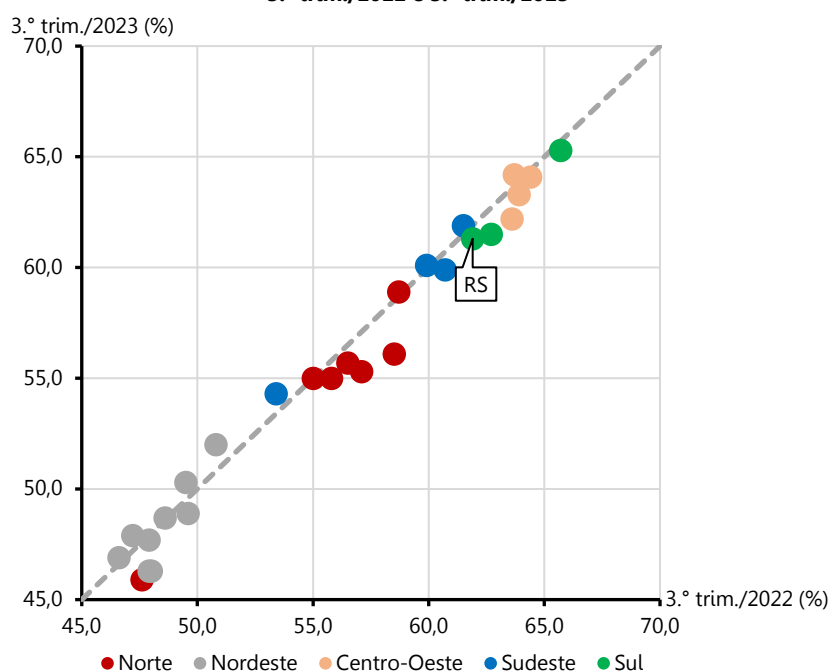


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

³ O **nível de ocupação** é obtido pela divisão do contingente de ocupados pela População em Idade de Trabalho, sendo expresso em termos percentuais (ILO, 2016).

Pode-se conhecer, no **Gráfico 4**, a evolução da posição relativa do RS quanto ao NO ante todas as UFs⁴. Conforme se constata nesse gráfico de dispersão, o RS detinha, no terceiro trimestre de 2022, o sétimo maior NO, sendo superado pelas quatro UFs da Região Centro-Oeste, por SC e pelo PR, uma vez que as suas posições, medidas no eixo horizontal, estavam mais à direita do que a do Estado. Quanto ao terceiro trimestre de 2023, o RS havia passado a deter o oitavo maior NO: o indicador, medido no eixo vertical, situou-se, em SP, levemente acima ao do RS.

Gráfico 4 - Nível de ocupação, por regiões, nas unidades da Federação do Brasil — 3.º trim./2022 e 3.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

O número absoluto de ocupados, no terceiro trimestre de 2023, na margem, sofreu variação negativa de 1,7% no RS, tendo passado de 5.941 mil para 5.843 mil ocupados (**Tabela 2**). Nessa mesma referência comparativa, o contingente de ocupados manteve-se estável nos demais estados da Região Sul e em SP; no País, teve variação positiva de 0,9%. No que se refere à comparação interanual, no terceiro trimestre de 2023, o número absoluto de ocupados permaneceu estável no RS, em SC, no PR e em SP, enquanto, no País, registrou variação positiva de 0,6%. Assinale-se que no RS, no terceiro trimestre de 2023, foi interrompida uma sequência de nove variações interanuais positivas do contingente de ocupados.

Tabela 2 - Contingentes de ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRI- MINA- ÇÃO	OCUPADOS (1.000 pessoas)						VARIÇÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	3.º Trim./2021	3.º Trim./2022	2.º Trim./2023	3.º Trim./2023	<u>3.º Trim./2023</u> 2.º Trim./2023	<u>3.º Trim./2023</u> 3.º Trim./2022
Brasil	93.737	83.439	92.976	99.269	98.910	99.838	(1) 0,9	(1) 0,6
RS	5.657	5.111	5.573	5.885	5.941	5.843	(1)-1,7	-0,7
SC	3.695	3.531	3.717	3.944	3.943	3.984	1,1	1,0
PR	5.613	5.234	5.589	5.932	5.869	5.902	0,6	-0,5
SP	22.918	19.728	22.188	23.873	23.931	24.199	1,1	1,4

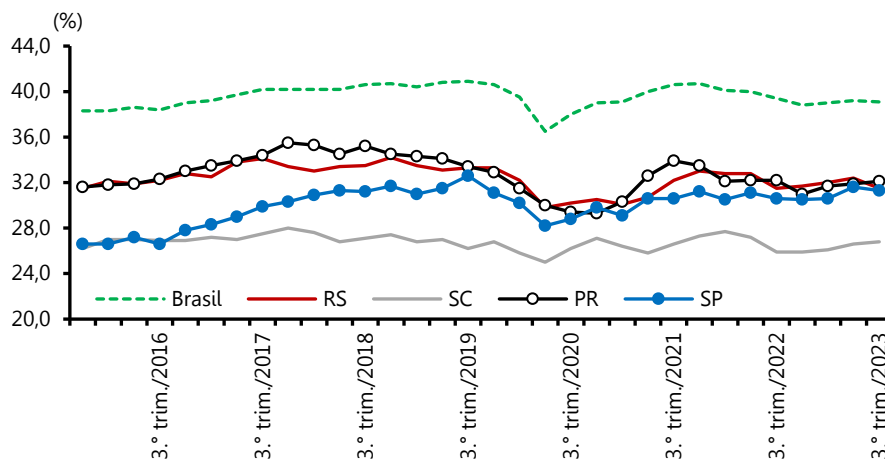
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

⁴ Sobre a leitura das evidências contidas no Gráfico 4, ver orientações descritas quando da exposição dos dados do Gráfico 2.

No que diz respeito às modalidades de inserção na estrutura ocupacional, a taxa de informalidade (TI)⁵, no terceiro trimestre de 2023, na margem, manteve-se estável no RS (31,5%), assim como em SC (26,8%), no PR (32,1%), em SP (31,3%) e no plano nacional (39,1%) (**Gráfico 5**). Por sua vez, na referência comparativa interanual, no terceiro trimestre de 2023, a TI também permaneceu estável no RS, nos demais estados da Região Sul, em SP e no País. A inspeção das séries temporais da TI ainda revela que, no terceiro trimestre de 2023, esse indicador situava-se, no RS, no PR, em SP e no País, abaixo do nível do terceiro trimestre de 2019 — uma referência comparativa anterior à pandemia de COVID-19.

Gráfico 5 - Taxa de informalidade no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 4.º trim./2015-3.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

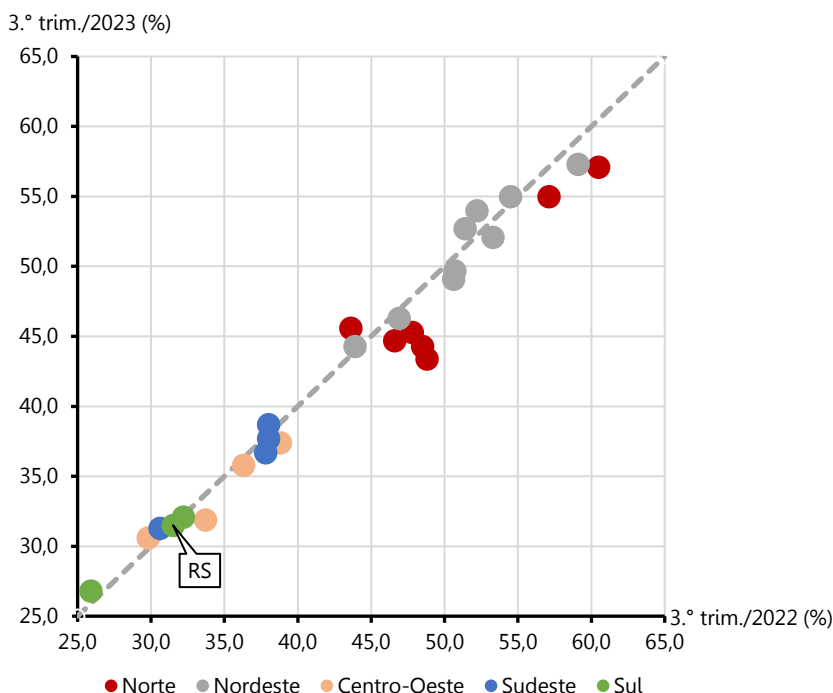
Nota: A taxa de informalidade está disponível a partir do 4.º trim./2015.

A evolução recente da posição relativa do RS ante todas as UFs quanto ao nível de informalidade pode ser identificada por meio das evidências apresentadas no **Gráfico 6**. Nesse sentido, percebe-se que, tanto no terceiro trimestre de 2022 quanto no terceiro trimestre de 2023, o RS deteve a quarta menor TI, pois situavam-se à esquerda e abaixo da posição do Estado no gráfico de dispersão somente três pontos, que correspondiam a SP, DF e SC.

O contingente de trabalhadores ocupados informais no RS, no terceiro trimestre de 2023, ante o trimestre imediatamente anterior, registrou uma retração de 4,5%, passando de 1.928 mil para 1.842 mil pessoas (**Tabela 3**). Nos demais estados da Região Sul, em SP e no País, na mesma referência comparativa, o número absoluto de trabalhadores ocupados informais manteve-se estável. Em termos interanuais, no terceiro trimestre de 2023, o contingente de trabalhadores sob análise mostrou-se estável tanto no RS quanto em SC, PR, SP e no âmbito nacional. Cabe destacar, ainda, que o comportamento do número absoluto de ocupados informais no RS, no terceiro trimestre de 2023, na margem, fez com que o mesmo passasse para um nível inferior ao do terceiro trimestre de 2019, período anterior aos efeitos da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho. Tal circunstância não se verificou nos casos de SC, PR e SP, bem como no agregado nacional.

⁵ De acordo com a delimitação adotada pelo IBGE, são considerados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares. A **taxa de informalidade** é obtida pela soma dessas categorias, a qual é dividida pelo contingente total de ocupados.

Gráfico 6 - Taxa de informalidade, por regiões, nas unidades da Federação do Brasil — 3.º trim./2022 e 3.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

Tabela 3 - Contingentes de ocupados informais no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRI- MINA- ÇÃO	OCUPADOS INFORMAIS (1.000 pessoas)						VARIÇÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	3.º Trim./2021	3.º Trim./2022	2.º Trim./2022	3.º Trim./2023	3.º Trim./2023 2.º Trim./2023	3.º Trim./2023 3.º Trim./2022
Brasil	38.766	31.691	37.709	39.145	38.734	39.033	0,8	-0,3
RS	1.882	1.542	1.792	1.852	1.928	1.842	(1)-4,5	-0,5
SC	966	926	987	1.020	1.050	1.068	1,7	4,7
PR	1.876	1.538	1.896	1.913	1.871	1.897	1,4	-0,8
SP	7.480	5.692	6.792	7.309	7.564	7.577	0,2	3,7

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

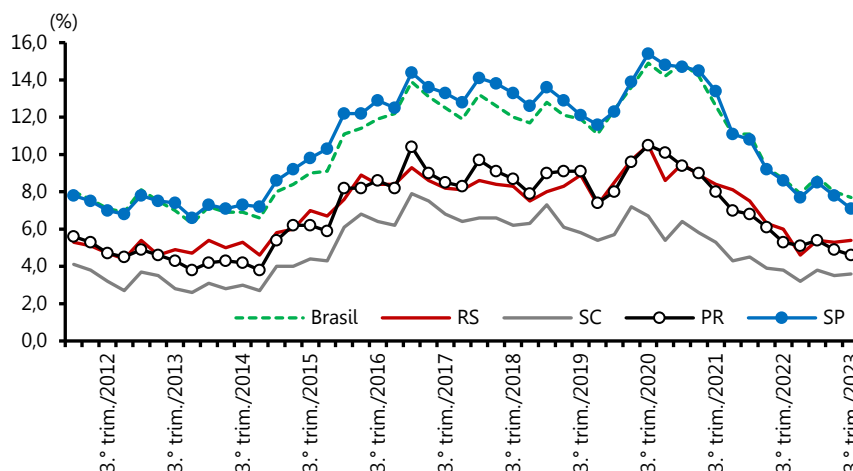
Nota: São considerados ocupados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares.

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A taxa de desocupação (TD) atingiu o seu nível máximo na série temporal da PNAD Contínua no RS no terceiro trimestre de 2020, 10,5%, em um dos momentos mais adversos da pandemia de COVID-19 para o mercado de trabalho. Após, esse indicador de subutilização da FT evidenciou uma trajetória de queda, reduzindo-se até 4,6% no quarto trimestre de 2022. No terceiro trimestre de 2023, na margem, a TD ficou estável no RS (5,4%), assim como em SC (3,6%) e no PR (4,6%); em SP e no País, mostrou reduções (de 7,8% para 7,1% e de 8,0% para 7,7% respectivamente) — **Gráfico 7**. Em base comparativa interanual, no terceiro trimestre de 2023, a TD manteve-se estável no RS e em SC, enquanto, no PR, em SP e no País evidenciou queda (de -0,7, -1,5 e -1,0 ponto percentual respectivamente). No caso do RS, na referência interanual, foi interrompida uma sequência de seis trimestres de reduções consecutivas da TD.

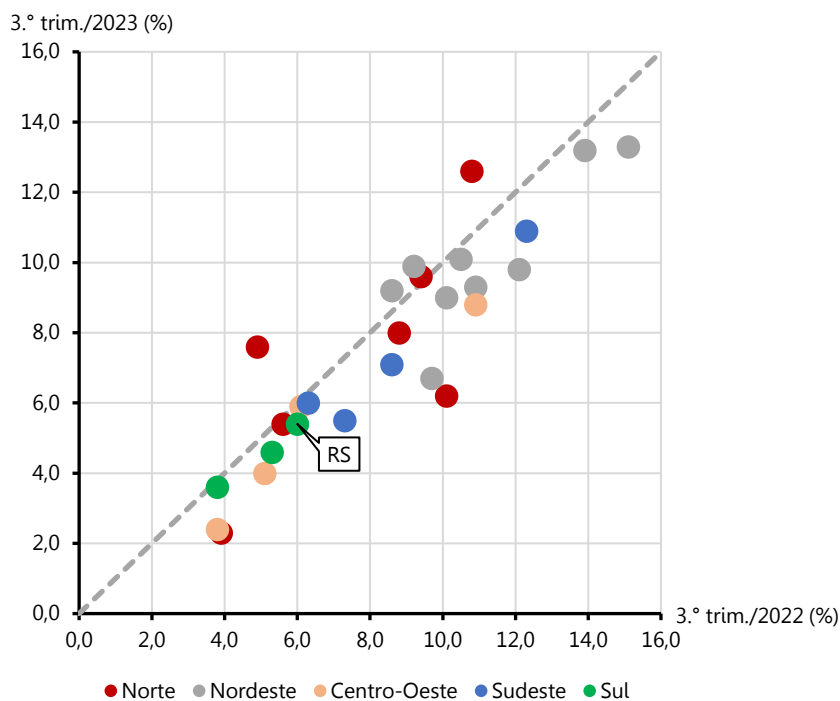
Gráfico 7 - Taxa de desocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

Pode-se conhecer a evolução da posição relativa do RS ante a totalidade das UFs quanto à magnitude da desocupação por meio das evidências do **Gráfico 8**, no qual a TD do terceiro trimestre de 2022 está sendo medida no eixo horizontal, e a do terceiro trimestre de 2023, no vertical. Identifica-se que o Estado detinha, no terceiro trimestre de 2022, a oitava menor TD, pois, no gráfico de dispersão, há sete pontos à esquerda da sua posição no eixo horizontal, os quais representam TO, PR, MT, RR, RO, SC e MT. No terceiro trimestre de 2023, o RS havia passado a ter a sexta menor TD, ficando empatado com Tocantins — identificam-se somente cinco pontos, no eixo vertical, cujas posições estão abaixo daquela do RS (PR, MS, SC, MT e RO).

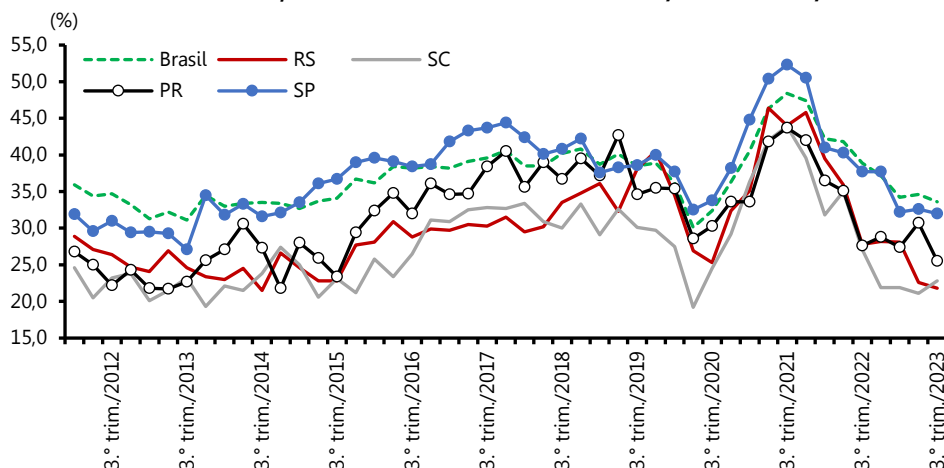
Gráfico 8 - Taxa de desocupação, por regiões, nas unidades da Federação do Brasil — 3.º trim./2022 e 3.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

A incidência da desocupação de longo prazo (IDL⁶) evidenciou um processo acentuado de elevação ao longo de 2021, tendo atingido o nível máximo da série temporal da PNAD Contínua no RS no segundo trimestre daquele ano, quando se situou em 46,4% (**Gráfico 9**). Desde o primeiro trimestre de 2022, esse indicador vem mostrando uma trajetória clara de queda. A IDLP registrou, no RS, uma redução de 27,8% no terceiro trimestre de 2022 para 21,8% no terceiro trimestre de 2023 e, nessa mesma referência comparativa, de 27,1% para 22,8% em SC; de 27,6% para 25,5% no PR; de 37,7% para 32,0% em SP; e de 38,9% para 33,6% no plano nacional. Deve-se ainda assinalar que a IDLP de 21,8% no RS, no terceiro trimestre de 2023, está muito próxima do menor nível da série temporal desse indicador, verificado no terceiro trimestre de 2014, 21,5%.

Gráfico 9 - Incidência da desocupação de longo prazo no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b, 2023c).

Nota: 1. Elaborado com os dados da Pesquisa.

2. A incidência da desocupação de longo prazo corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados.

Quanto ao contingente de desocupados no terceiro trimestre de 2023, na margem, este ficou estável no RS (331 mil pessoas), assim como em SC e no PR; em SP e no âmbito do País, evidenciou queda (de -8,4% e -3,8% respectivamente) — **Tabela 4**. Na referência comparativa interanual, no terceiro trimestre de 2023, o número absoluto de desocupados sofreu uma redução de 12,0% no RS (menos 45 mil pessoas), de 12,9% no PR, de 17,4% em SP e de 12,1% no País; em SC, manteve-se estável.

Tabela 4 - Contingentes de desocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRI- MINA- ÇÃO	DESOCUPADOS (1.000 pessoas)						VARIÇÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	3.º Trim./2021	3.º Trim./2022	2.º Trim./2022	3.º Trim./2023	3.º Trim./2023 2.º Trim./2023	3.º Trim./2023 3.º Trim./2022
Brasil	12.798	14.598	13.453	9.460	8.647	8.316	(1)-3,8	(1)-12,1
RS	555	601	512	376	330	331	0,4	(1)-12,0
SC	227	253	207	154	143	147	2,8	-4,9
PR	559	617	484	329	300	286	-4,6	(1)-12,9
SP	3.169	3.613	3.426	2.255	2.032	1.862	(1)-8,4	(1)-17,4

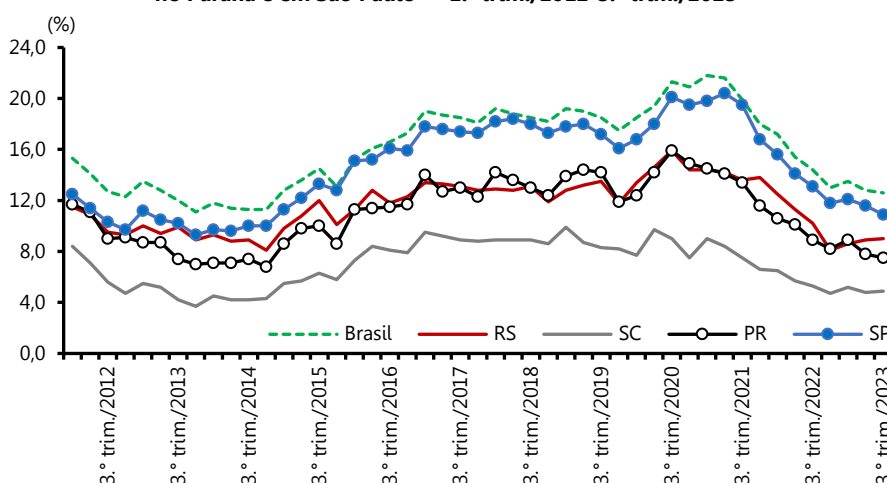
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

⁶ De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a IDLP corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados (ILO, 2016).

Focalizando-se outro indicador de subutilização da FT, a taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (TCDS)⁷, constata-se que, no terceiro trimestre de 2023, na margem, esse indicador permaneceu estável no RS (9,0%), em SC (4,9%), no PR (7,5%) e no País (12,6%), enquanto, em SP, apresentou queda de 11,6% para 10,9% (**Gráfico 10**). Ao se comparar o terceiro trimestre de 2023 com o mesmo trimestre de 2022, a TCDS evidenciou queda no RS (-1,2 ponto percentual), no PR (-1,4 ponto percentual), em SP (-2,2 pontos percentuais) e no plano nacional (-1,8 ponto percentual), e, em SC, manteve-se estável. A TCDS de 9,0% no RS, no terceiro trimestre de 2023, é a segunda menor entre todos os terceiros trimestres da série temporal da PNAD Contínua.

Gráfico 10 - Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2023



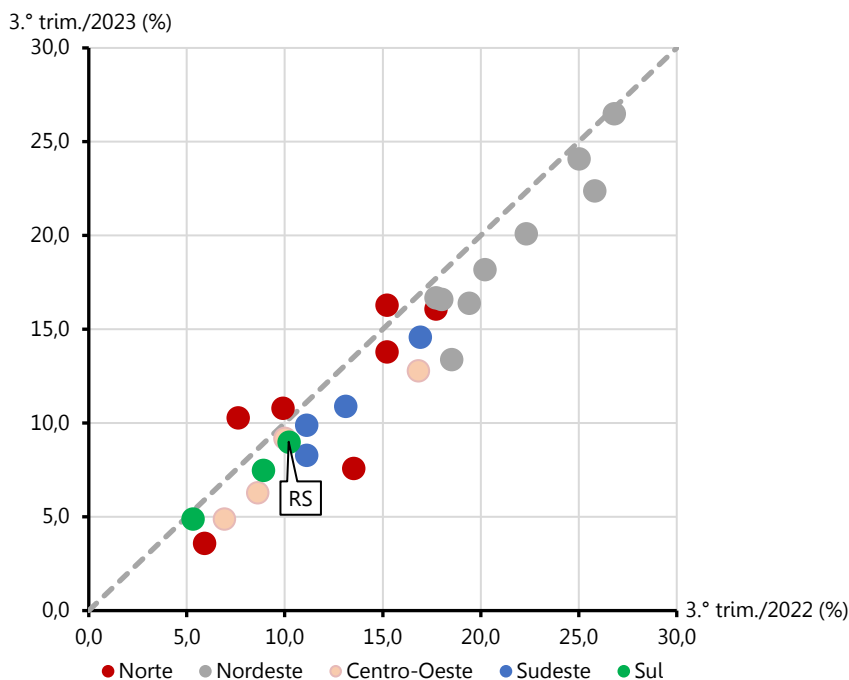
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

O **Gráfico 11** contém a TCDS das 27 UF's no terceiro trimestre de 2022 e no terceiro trimestre de 2023, sendo o primeiro período medido no eixo horizontal, e o segundo, no eixo vertical. No terceiro trimestre de 2022, o RS possuía a nona menor TCDS, pois se identificam oito pontos à esquerda da posição do Estado no eixo horizontal do gráfico de dispersão, sendo três da Região Centro-Oeste (GO, MS e MT), três da Região Norte (TO, RR e RO), assim como PR e SC. Já no terceiro trimestre de 2023, o RS havia avançado para o oitavo menor nível da TCDS, uma vez que, utilizando-se o eixo vertical do gráfico de dispersão como referência comparativa, há sete pontos abaixo da posição do Estado, os quais representam MT, MS, AC, RO, ES, PR e SC.

⁷ A Taxa Combinada de Desocupação e de Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas (TCDS) é assim obtida (ILO, 2013):
TCDS = [(Desocupados + Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas)/Força de Trabalho] x 100.

São consideradas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, na PNAD Contínua, as pessoas que: (a) têm 14 anos ou mais de idade; (b) trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou em todos os seus trabalhos; (c) gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; e (d) estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência (IBGE, 2016).

Gráfico 11 - Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, por regiões, nas unidades da Federação do Brasil — 3.º trim./2022 e 3.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

Ao se comparar o terceiro trimestre de 2023 com o terceiro trimestre de 2022, o contingente de pessoas que é medido pela TCDS ficou estável no RS (554 mil pessoas), assim como nos demais estados da Região Sul, em SP e no País (**Tabela 5**). Na referência interanual, no terceiro trimestre de 2023, esse contingente de pessoas havia-se reduzido em 13,6% no RS (-87 mil pessoas), em 16,5% no PR, em 17,3% em SP e em 12,9% no País; em SC, havia ficado estável. No caso do RS, foi a sétima variação interanual negativa consecutiva do contingente de pessoas medido pela TCDS.

Tabela 5 - Soma dos contingentes de desocupados e de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRIMINAÇÃO	CONTINGENTES (1.000 pessoas)						VARIÇÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	3.º Trim./2021	3.º Trim./2022	2.º Trim./2023	3.º Trim./2023	3.º Trim./2023 2.º Trim./2022	3.º Trim./2023 3.º Trim./2022
	Brasil	19.900	20.870	21.224	15.653	13.780	13.641	-1,0
RS	841	911	828	641	555	554	-0,2	(1)-13,6
SC	324	341	294	218	196	202	3,1	-7,6
PR	878	932	812	557	481	465	-3,3	(1)-16,5
SP	4.485	4.707	4.994	3.432	3.020	2.838	-6,0	(1)-17,3

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

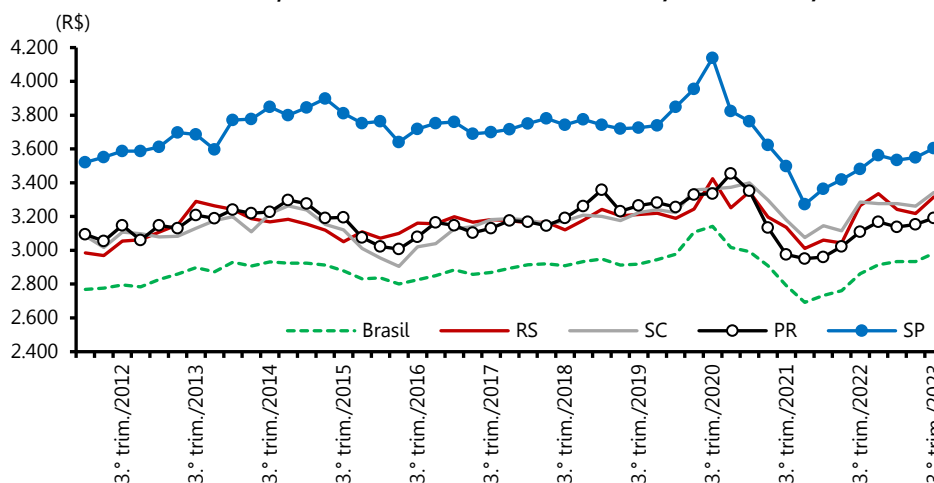
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS

Sob uma conjuntura de aceleração inflacionária e de aumento da informalidade, os rendimentos reais dos ocupados sofreram uma queda acentuada em 2021. À medida que a inflação se desacelerava em 2022, verificou-se um desempenho mais favorável dos rendimentos reais. No terceiro trimestre de 2023, na margem, o rendimento médio real habitual no RS apresentou variação positiva de 3,1%, passando de R\$ 3.218 para R\$ 3.317 (**Gráfico 12**). Nessa mesma referência comparativa, registrou variações positivas em SC (2,5%) e no âmbito nacional (1,7%), enquanto, no PR e em SP, permaneceu estável. Ao se cotejar o rendimento médio real habitual do terceiro trimestre de 2023 com o do mesmo trimestre de 2022, o indicador permaneceu estável no RS, nos demais estados da Região Sul

e em SP; no País, registrou variação positiva de 4,2%. No que diz respeito ao RS, esse comportamento do rendimento médio real habitual interrompeu uma sequência de três variações interanuais positivas do indicador.

Gráfico 12 - Rendimento médio real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2023



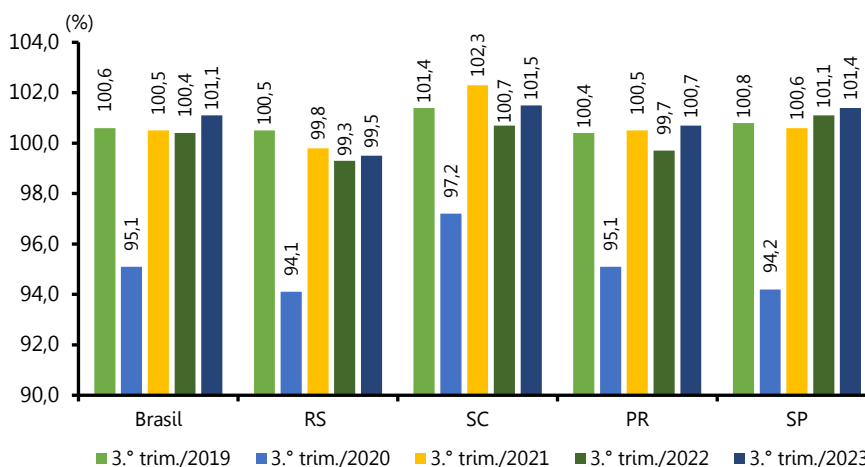
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

Nota: 1. Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos.

2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 3.º trim./2023.

O rendimento efetivo dos ocupados apreende melhor do que o habitual os choques de curto prazo sobre o mercado de trabalho (Carvalho, 2021). No segundo e no terceiro trimestre de 2020, em um dos momentos mais adversos da pandemia de COVID-19 para o mercado de trabalho, houve uma queda muito acentuada do rendimento médio real efetivo como proporção do habitual. Posteriormente, essa proporção evidenciou um processo de recuperação. No terceiro trimestre de 2023, em relação ao terceiro trimestre de 2022, o rendimento médio real efetivo como proporção do habitual permaneceu praticamente estável no RS, tendo passado de 99,3% para 99,5% (**Gráfico 13**). Na mesma referência comparativa, essa proporção teve oscilações positivas em SC (0,8 ponto percentual), no PR (1,0 ponto percentual), em SP (0,3 ponto percentual) e no País (0,7 ponto percentual).

Gráfico 13 - Rendimento médio real efetivo como proporção do habitual no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 3.º trim. 2019-23



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

Nota: Rendimento médio real de todos os trabalhos dos ocupados.

A massa de rendimento real habitual dos ocupados no terceiro trimestre de 2023, na margem, manteve-se estável no RS, assim como no PR e em SP, enquanto, em SC e no País, evidenciou variações positivas de 3,5% e 2,7% respectivamente (**Tabela 6**). Na base comparativa interanual, no terceiro trimestre de 2023, a massa de rendimento real permaneceu estável no RS e nos demais estados da Região Sul e, em SP e no plano nacional, registrou variações

positivas de 5,1% e 5,0% respectivamente. No caso do RS, assim como nos de SC e PR, a estabilidade da massa de rendimento real habitual no terceiro trimestre de 2023 interrompeu um ciclo de quatro variações interanuais positivas.

Tabela 6 - Massa de rendimento real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRI- MINA- ÇÃO	VALOR (R\$ milhões)						VARIÇÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	3.º Trim./2021	3.º Trim./2022	2.º Trim./2023	3.º Trim./2023	3.º Trim./2023	3.º Trim./2022
							2.º Trim./2023	3.º Trim./2022
Brasil	270.049	255.790	253.800	278.942	285.243	292.952	(1)2,7	(1)5,0
RS	17.674	16.966	16.919	18.586	18.528	18.840	1,7	1,4
SC	11.698	11.561	11.585	12.786	12.698	13.147	(1)3,5	2,8
PR	17.963	17.063	16.303	18.124	18.284	18.603	1,7	2,6
SP	84.452	81.176	76.975	82.599	84.374	86.711	2,8	(1)5,1

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023c).

Nota: 1. Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

2. Massa de rendimento deflacionada para a média mensal dos preços do 3.º trim./2023.

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas evidências apresentadas nesta seção, a constatação geral sobre o desempenho de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho no terceiro trimestre de 2023 é a de um arrefecimento do processo de melhora que vinha neles se observando no passado recente.

Concentrando-se nas comparações interanuais, foi mostrado que, no terceiro trimestre de 2023, o nível de ocupação ficou estável no RS, assim como em SC, em SP e no País, enquanto, no PR, evidenciou queda. Como já destacado anteriormente, esse desempenho, no caso do RS, interrompeu uma sequência de nove variações interanuais positivas do indicador.

Mostrou-se que a taxa de desocupação no RS e em SC, no terceiro trimestre de 2023, na comparação com o mesmo trimestre de 2022, permaneceu estável, enquanto, no PR, em SP e no País, registrou redução. É importante recuperar que o comportamento da taxa de desocupação no período foi favorecido seja pela estabilidade — nos casos do RS, de SC e de SP —, seja pela queda — no caso do PR e do País —, da taxa de participação na força de trabalho, ou seja, a ausência de pressão pelo lado da oferta sobre os mercados de trabalho do RS e de suas referências comparativas selecionadas contribuiu para que não houvesse uma piora da taxa de desocupação.

A taxa de informalidade manteve-se estável no RS, nos demais estados da Região Sul, em São Paulo e no País, no terceiro trimestre de 2023. No RS, assim como no PR, em SP e no País, o nível desse indicador, no terceiro trimestre de 2023, ainda era inferior ao do terceiro trimestre de 2019, período anterior à pandemia de COVID-19.

Como foi mostrado, o rendimento médio real habitual dos ocupados, no terceiro trimestre de 2023, em termos interanuais, manteve-se estável no RS, nos demais estados da Região Sul e em SP, enquanto, no País, apresentou variação positiva. Assim, nos casos do RS e de SC, foi interrompida uma sequência de três variações interanuais positivas do indicador, enquanto, no País, não obstante em ritmo cada vez menos intenso, foi a quinta variação interanual positiva do rendimento médio real habitual.

2 EMPREGO FORMAL: CRESCIMENTO MENOR E RETRAÇÕES LOCALIZADAS

Nesta seção, analisa-se a evolução do emprego formal, com base na série estatística do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), produzida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a partir dos registros administrativos de admissões e desligamentos de trabalhadores, movimentações que devem ser notificadas por todos os empregadores do País. O último resultado disponível refere-se a outubro de 2023. Nos **três meses** mais recentes da série, houve crescimento do número de vínculos formais de emprego tanto no Rio Grande do Sul quanto no Brasil em seu conjunto. No mercado de trabalho gaúcho, a expansão, nesse trimestre, foi de 0,5%; em nível nacional, a intensidade do crescimento foi quase três vezes superior, de 1,4%.

Tendo em vista a potencial distorção que as variações sazonais podem acarretar a análises comparativas de seções de um ciclo anual, mantém-se, aqui, o procedimento habitual de se priorizar o exame dos movimentos do emprego **em 12 meses** — que se encerram com o último dado publicado pela fonte —, recuando-se para os intervalos equivalentes que o precedem, quando se busca apreender a dinâmica em um recorte temporal mais amplo. A série do Novo Caged, de resto, é ainda relativamente curta, tendo tido início em janeiro de 2020.

Adotado esse procedimento e avançando-se para os resultados mais recentes, reencontram-se, nos últimos 12 meses disponíveis, duas tendências já destacadas no último número deste boletim, a saber: (a) a desaceleração dos resultados positivos de variação do emprego formal tanto no nível nacional quanto, especialmente, no Estado; e (b) a posição do Rio Grande do Sul como a última, entre as 27 UFs, no crescimento relativo de seu estoque de postos formais de trabalho. Esses pontos são o objeto da seção 2.1. A seguir, examinam-se os resultados do emprego no mercado formal gaúcho segundo setores de atividade e algumas de suas desagregações, conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0). Na classificação em cinco grandes grupamentos setoriais, o Rio Grande do Sul passa por encolhimento do número de empregados na indústria e na construção civil. Devido à sua grande expressão econômica, o desempenho da indústria de transformação (IT) é avaliado em seus segmentos, identificando-se aqueles que atravessam conjuntura mais adversa.

Na terceira subseção, apontam-se as principais tendências no acesso aos postos de trabalho por diferentes grupos populacionais, a partir de características sociodemográficas: idade, escolaridade e sexo. Neste último quesito, com base nos microdados do Novo Caged, abordam-se os contrastes entre os gêneros na distribuição de suas oportunidades de emprego segundo as atividades econômicas, apontando-se em quais dessas crescem e em quais diminuem os estoques de vínculos formais para homens e para mulheres.

Na quarta subseção, tematizam-se as diferenças entre as Regiões Funcionais (RFs) do Estado, no que tange à evolução recente do emprego. A seção é finalizada com uma breve síntese.

2.1 O DESEMPENHO DO RS NA ÚLTIMA POSIÇÃO ENTRE AS UFS

No período de 12 meses encerrado ao final de outubro último, o volume de empregos formais no Brasil cresceu 3,4%, com a geração de 1,5 milhão de vínculos adicionais, o que elevou o estoque para 44,2 milhões (**Tabela 7**). No Rio Grande do Sul, no mesmo intervalo de tempo, a expansão relativa foi pouco superior à metade da nacional (1,8%), o que se traduziu na geração de 47,4 mil postos, com os quais o universo de vínculos legalizados de emprego no mercado de trabalho gaúcho atingiu 2,7 milhões.

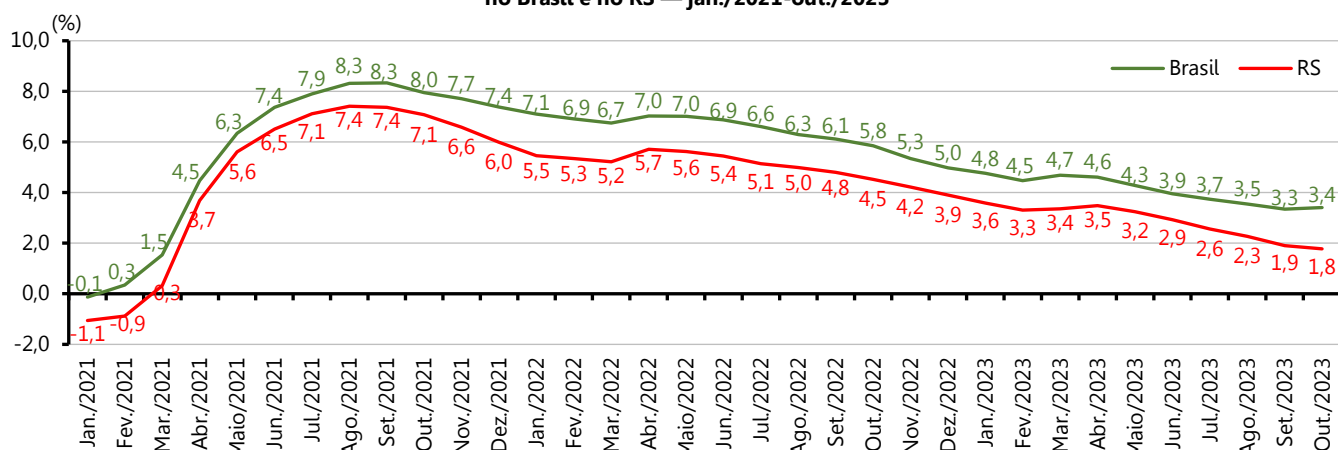
Em ambos os recortes geográficos, é reconhecível a desaceleração pela qual vem passando a geração de vagas formais. Na comparação desse período mais recente com os 12 meses anteriores, a intensidade do crescimento do emprego no Brasil recuou de 5,8% para os referidos 3,4%, enquanto, no Estado, de 4,5% para os 1,8% apontados. A análise gráfica, com os resultados anualizados desde janeiro de 2021, nos dois espaços territoriais, permite visualizar que essa perda de impulso no crescimento se mantém como tendência desde o segundo semestre daquele ano (**Gráfico 14**). Uma vez que o dado de cada mês se refere à variação ante o mesmo mês do ano anterior, os primeiros meses de 2021 espelharam de modo muito acentuado a conturbada base de comparação que foi o ano de 2020, no qual o mundo enfrentou a eclosão da pandemia de COVID-19. No Brasil, uma brutal retração do emprego processou-se nos primeiros meses após o início da emergência sanitária, o que se concentrou no segundo trimestre daquele

ano. Em seguida, já no segundo semestre, teve início uma trajetória de recuperação — em certo modo descontínua e bastante diferenciada setorialmente, mas inequívoca.

O Gráfico 14, portanto, que parte de janeiro de 2021 e remete sempre ao estoque de empregos de 12 meses antes, inicia-se com resultados negativos para Brasil e Rio Grande do Sul, uma vez que, em janeiro e fevereiro de 2020, base da comparação, não se haviam manifestado, ainda, os impactos da COVID-19 — que já se difundia em outros países — na dinâmica econômica doméstica. A partir de abril de 2021, especialmente, as comparações foram realizadas com os piores resultados de 2020, elevando sobremaneira os percentuais de variação anual. No último quadrimestre de 2021, entretanto, já se identifica uma estagnação dessa curva ascendente e, em seguida, o decréscimo continuado dos percentuais anualizados de crescimento do emprego tanto no nível nacional quanto estadual — com oscilações eventuais, pouco expressivas, em sentido contrário, como entre abril e junho de 2022, ou entre março e abril de 2023, em ambos os recortes. Similarmente, em outubro último, no País, ocorreu uma mínima elevação do percentual (não replicada no Estado).

Não se trata, aqui, de sugerir que uma variação anual de 3,4% no estoque de empregos formais, como é o caso do País em seu conjunto, ao final da série, seja um patamar insatisfatório, em especial quando se têm presentes os desempenhos de indicadores econômicos como o Produto Interno Bruto (PIB). Para o Rio Grande do Sul, por sua vez, assolado novamente por eventos climáticos extremos, lograr uma variação positiva próxima aos 2% talvez possa, igualmente, ser considerado um resultado que supera expectativas justificadamente mais negativas. O que sobressai dessa análise gráfica é que, há dois anos aproximadamente, transcorridos diferentes cenários epidemiológicos, institucionais e econômicos, a cadência do crescimento do emprego formal tende à desaceleração no Estado e no País.

Gráfico 14 - Variação do estoque de empregos formais, frente ao mesmo mês do ano anterior, no Brasil e no RS — jan./2021-out./2023



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2023).

No Gráfico 14, evidencia-se, ademais, o distanciamento dos resultados do mercado formal gaúcho diante do brasileiro, em desfavor do Estado, o que é especialmente reconhecível nesses 10 primeiros meses de 2023. Ainda assim, é digno de nota que o desenho geral das trajetórias do emprego nesses dois recortes territoriais ostenta considerável convergência, o que reforça o peso dos fatores de escala nacional e da integração das economias regionais para conformar a evolução do emprego formal. Isso, evidentemente, não deve obscurecer a heterogeneidade dos desempenhos das unidades da Federação, que reforçam a importância dos condicionantes que operam em escalas territoriais mais restritas.

Na Tabela 7, encontram-se as variações relativas do estoque de empregos formais dos estados brasileiros e do Distrito Federal, bem como do total do País, nos dois últimos períodos anualizados e no intervalo de 36 meses que abarca desde o primeiro outubro da série do Novo Caged, o do ano de 2020, até o último dado disponível. A primeira evidência a sobressair é a condição do Rio Grande do Sul como detentor dos piores desempenhos relativos nos três recortes temporais. No acumulado de três anos, a expansão do mercado formal gaúcho ficou 4,3 pontos percentuais abaixo da nacional (13,9% versus 18,2%). A desvantagem nos 12 meses mais recentes acentua-se, relativamente, na comparação com a do período imediatamente anterior.

Constata-se, neste último ano, que os percentuais de crescimento menos expressivos ficaram com os três estados da Região Sul, seguindo-se duas portentosas economias da Região Sudeste, São Paulo e Minas Gerais. Inversamente, nos três recortes de tempo, os destaques positivos concentraram-se em UFs da Região Norte, sobretudo, e, secundariamente, das Regiões Nordeste e Centro-Oeste.

Tabela 7 - Estoques, saldos e variações do emprego formal no Brasil e nas unidades da Federação (UFs) — jul./2020-out./2023

BRASIL E UFs	ESTOQUE EM OUT/2023	OUT/2021-OUT/2022		OUT/2022-OUT/2023		OUT/2020-OUT/2023	
		Saldo	Variação %	Saldo	Variação %	Saldo	Variação %
BRASIL	44.229.120	2.362.773	5,8	1.457.529	3,4	6.796.399	18,2
Rio Grande do Sul	2.718.291	115.430	4,5	47.403	1,8	331.660	13,9
Santa Catarina	2.438.025	103.776	4,6	59.453	2,5	365.977	17,7
Paraná	3.038.190	140.974	5,0	82.940	2,8	424.597	16,2
São Paulo	13.591.316	675.231	5,4	402.748	3,1	1.904.773	16,3
Minas Gerais	4.658.707	215.527	5,0	141.605	3,1	699.159	17,7
Pernambuco	1.427.821	72.438	5,5	48.278	3,5	221.638	18,4
Maranhão	603.419	44.945	8,4	20.994	3,6	109.207	22,1
Bahia	1.984.145	145.235	8,2	69.887	3,7	358.339	22,0
Amazonas	497.210	42.629	9,8	17.724	3,7	97.779	24,5
Paraíba	467.490	27.483	6,5	16.983	3,8	85.176	22,3
Distrito Federal	913.750	53.662	6,5	33.654	3,8	143.563	18,6
Ceará	1.295.047	78.295	6,7	51.530	4,1	217.227	20,2
Sergipe	309.237	12.959	4,6	12.368	4,2	43.177	16,2
Goiás	1.453.956	96.542	7,4	58.237	4,2	273.485	23,2
Pará	906.960	49.905	6,1	37.008	4,3	161.093	21,6
Rio Grande do Norte	480.260	24.625	5,7	19.931	4,3	77.733	19,3
Espírito Santo	856.054	50.872	6,6	35.679	4,3	146.432	20,6
Rondônia	270.179	17.869	7,4	11.426	4,4	45.920	20,5
Alagoas	412.247	25.388	6,9	17.690	4,5	74.460	22,0
Rio de Janeiro	3.532.513	207.785	6,6	155.621	4,6	551.168	18,5
Acre	96.986	8.664	10,3	4.282	4,6	20.408	26,6
Mato Grosso do Sul	631.535	42.224	7,5	29.525	4,9	115.836	22,5
Mato Grosso	891.641	62.854	8,0	42.646	5,0	176.942	24,8
Amapá	82.251	7.755	11,1	4.551	5,9	17.622	27,3
Roraima	77.214	8.040	12,4	4.369	6,0	18.681	31,9
Tocantins	234.895	15.918	7,7	13.360	6,0	48.287	25,9
Piauí	337.681	16.486	5,5	19.638	6,2	58.855	21,1
Não identificado	22.100	-738	-3,0	-2.001	-8,3	7.205	48,4

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2023).

2.2 RESULTADOS SETORIAIS: CONSTRUÇÃO E INDÚSTRIA SOFREM PERDAS

Os resultados setoriais do emprego formal no Rio Grande do Sul, entre outubro de 2022 e outubro último, marcaram o aprofundamento de tendências já apontadas nos números anteriores deste boletim. As dificuldades da indústria, que já havia apresentado resultado próximo a zero, no dado anualizado de julho último, aprofundaram-se, acarretando, agora, uma retração de 0,9% do emprego formal em 12 meses (**Tabela 8**). Isso significou uma contração de 6,7 mil empregos. A construção perdeu menos vínculos de trabalho (2,1 mil), mas sua variação relativa foi a mais adversa (-1,7%). Os outros três grandes grupamentos setoriais obtiveram expansão dos seus contingentes. O destaque foi serviços, cujo crescimento percentual foi mais do que o dobro do verificado no conjunto dos setores gaúchos (3,7% *versus* 1,8%). Em número de empregos, a predominância do setor serviços no resultado geral foi incontestável, uma vez que respondeu por 41,0 mil dos 47,4 mil postos adicionais gerados no Rio Grande do Sul, nos últimos 12 meses, uma participação de 86,6%. Agropecuária (com 2,8%) e comércio (2,0%) também contribuíram com o crescimento do emprego, em taxas superiores à do agregado do Estado, mesmo porque este expressou também os reveses das atividades **secundárias**.

Tabela 8 - Estoques, saldos e variações do emprego formal nos grandes grupamentos setoriais do Rio Grande do Sul — out./2020-out./2023

GRUPA- MENTO	ESTOQUE				SALDO				VARIÇÃO % (out.-out.)			
	Out./20	Out./21	Out./22	Out./23	2020-21	2021-22	2022-23	Acumulado	2020-21	2021-22	2022-23	Acumulado
Agropecuária	82.983	90.537	92.459	95.029	7.554	1.922	2.570	12.046	9,1	2,1	2,8	14,5
Comércio	555.985	598.505	619.295	631.881	42.520	20.790	12.586	75.896	7,6	3,5	2,0	13,7
Construção	109.054	115.132	124.014	121.953	6.078	8.882	-2.061	12.899	5,6	7,7	-1,7	11,8
Indústria	649.023	704.827	732.397	725.674	55.804	27.570	-6.723	76.651	8,6	3,9	-0,9	11,8
Serviços	989.586	1.046.457	1.102.723	1.143.754	56.871	56.266	41.031	154.168	5,7	5,4	3,7	15,6
Total	2.386.631	2.555.458	2.670.888	2.718.291	168.827	115.430	47.403	331.660	7,1	4,5	1,8	13,9

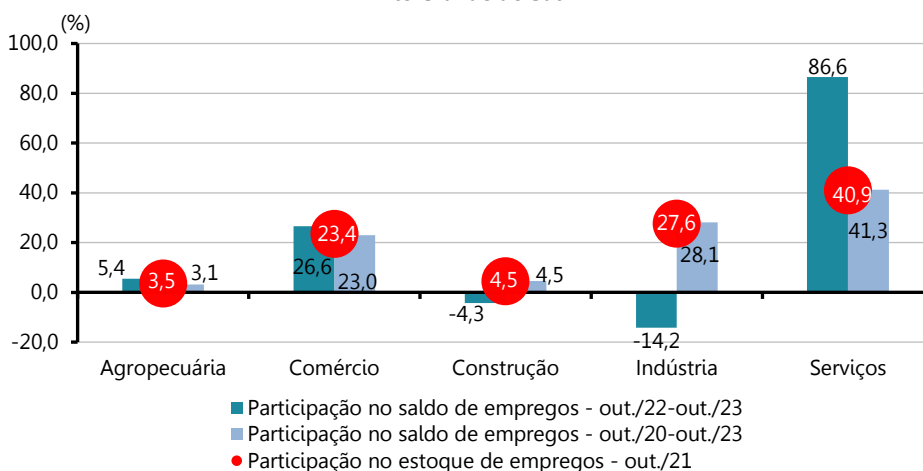
Fonte: Novo Caged (Brasil, 2023).

A comparação dos três últimos resultados anualizados evidencia intensas alterações dos ordenamentos dos desempenhos dos grandes grupamentos. Ainda em outubro de 2021, em relação ao ano anterior, percebia-se a forte influência positiva do emprego industrial no resultado geral do Rio Grande do Sul, tendência que havia caracterizado boa parte do primeiro ano da pandemia de COVID-19. Naquele momento, apenas a agropecuária — que detém o menor estoque de empregados formais — obteve variação percentual mais expressiva. Já no período posterior — entre outubro de 2021 e o mesmo mês de 2022 —, o número de vínculos formais de trabalho da indústria cresceu menos, relativamente, do que o conjunto das atividades econômicas (3,9% *versus* 4,5%). Serviços, o maior empregador, partiu de um resultado inferior à média no primeiro período de 12 meses analisado, superando-a no segundo e atingindo larga liderança na conjuntura mais recente.

Essas trocas de posição no ordenamento dos resultados, entre os setores, atenuam-se e abrem caminho para uma considerável convergência, quando se observam as variações acumuladas nos últimos 36 meses disponíveis. A dispersão dos resultados, neste caso, fica entre o mínimo de 11,8% de variação, na construção e na indústria, e o máximo de 15,6%, no setor serviços.

No **Gráfico 15**, representam-se esses comportamentos setoriais do volume de empregos em dois dos intervalos de tempo analisados, priorizando-se, desta vez, a participação dos grandes grupamentos na formação dos saldos gerais do mercado formal gaúcho. Acrescenta-se a participação que cada um desses setores detinha, num ponto intermediário do tempo abarcado na série, na estrutura do mercado formal de trabalho — isto é, no total de empregados, e, nesse caso, não no contingente acrescido ao estoque em determinado intervalo de tempo. Esse elemento ajuda a balizar o impacto — muito diferenciado — que as variações relativas de cada um dos setores podem adquirir no conjunto do emprego gaúcho.

Gráfico 15 - Participação dos grandes grupamentos setoriais na formação dos saldos (out./22-out./23 e out./20-out./23) e no estoque de empregos formais (out./21) do Rio Grande do Sul



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2023).

Como o Gráfico 15 demonstra, a distribuição setorial do emprego gerado no mercado formal gaúcho, nos últimos 36 meses, é bastante próxima à que se verifica para o total de trabalhadores empregados no Estado. Nada autoriza a considerar que essa seja uma tendência “natural” a algo como um “equilíbrio” — registra-se, tão somente, que, após sucessivas conjunturas de fortes contrastes e inversões de posições entre os setores, a estrutura setorial do emprego variou apenas marginalmente no arco desses três anos.

A indústria representava 24,1% do Valor Adicionado Bruto (VAB) do Estado, em 2021. A indústria de transformação, seu principal segmento, sozinha, respondia por 18,0% (Conceição; Lazzari; Fantinel, 2023b). Na estrutura do emprego formal, em outubro último, a IT contribuía com 25,5% do estoque de empregos formais estimado pelo Novo Caged. A relevância desse setor — expressa não apenas nesses percentuais de participação, mas na potência de seus encadeamentos produtivos e no papel estratégico que desempenha em aspectos relevantes como a inovação ou a qualidade da inserção do País no comércio exterior — justifica que se examine um pouco mais detidamente o comportamento dos seus diferentes segmentos na conformação do resultado negativo que se vem de detectar.

Tabela 9 - Estoques, saldos e variações do emprego formal nos segmentos da indústria de transformação do Rio Grande do Sul — out./2020-out./2023

DIVISÕES DA CNAE 2.0	ESTOQUE				SALDO		VARIÇÃO %	
	Out./20	Out./21	Out./22	Out./23	Out./23 Out./22	Out./23 Out./20	Out./23 Out./22	Out./23 Out./20
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	2.346	2.782	3.806	5.229	1.423	2.883	37,4	122,9
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	10.197	12.228	13.331	14.276	945	4.079	7,1	40,0
Fabricação de máquinas e equipamentos	59.701	70.711	75.564	72.989	-2.575	13.288	-3,4	22,3
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	37.548	39.821	43.884	44.976	1.092	7.428	2,5	19,8
Metalurgia	7.964	9.521	10.140	9.491	-649	1.527	-6,4	19,2
Fabricação de bebidas	9.249	9.932	10.469	10.810	341	1.561	3,3	16,9
Fabricação de produtos químicos	16.685	17.659	18.263	19.241	978	2.556	5,4	15,3
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	8.952	9.533	9.981	10.127	146	1.175	1,5	13,1
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	54.786	61.719	62.709	61.642	-1.067	6.856	-1,7	12,5
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	89.132	99.192	105.848	100.271	-5.577	11.139	-5,3	12,5
Fabricação de produtos de madeira	14.447	16.615	16.896	16.224	-672	1.777	-4,0	12,3
Impressão e reprodução de gravações	5.492	5.952	6.075	6.130	55	638	0,9	11,6
Fabricação de produtos têxteis	7.972	9.117	9.480	8.891	-589	919	-6,2	11,5
Fabricação de produtos diversos	14.615	15.727	16.262	16.275	13	1.660	0,1	11,4
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	36.969	39.026	40.285	40.847	562	3.878	1,4	10,5
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	10.367	10.659	11.099	11.423	324	1.056	2,9	10,2
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	17.691	19.430	19.629	19.444	-185	1.753	-0,9	9,9
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	2.225	2.266	2.333	2.441	108	216	4,6	9,7
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	18.095	19.952	20.918	19.588	-1.330	1.493	-6,4	8,3
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	11.266	11.924	12.143	12.173	30	907	0,2	8,1
Fabricação de móveis	35.362	38.796	38.314	38.015	-299	2.653	-0,8	7,5
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	1.887	1.917	2.030	1.997	-33	110	-1,6	5,8
Fabricação de produtos alimentícios	138.685	142.615	145.469	146.624	1.155	7.939	0,8	5,7
Fabricação de produtos do fumo	5.449	5.686	5.272	5.253	-19	-196	-0,4	-3,6
Indústria de transformação	617.082	672.780	700.200	694.377	-5.823	77.295	-0,8	12,5

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2023).

Entre outubro do ano passado e o mesmo mês de 2023, 11 das 24 divisões da CNAE 2.0 que compõem a indústria de transformação enfrentaram diminuição de seus estoques de trabalhadores. Cabe salientar que, nos 12 meses anteriores, apenas dois segmentos da IT tinham sofrido retração do emprego e que, recuando-se mais um intervalo equivalente — para o período out./2020-out./2021 —, todas essas divisões haviam passado por elevação de seus contingentes de trabalhadores.

Nos 12 meses encerrados em outubro último, alguns desses segmentos com resultados negativos registraram variações muito próximas à estabilidade, como a fabricação de produtos do fumo (saldo de -19 postos, o equivalente a 0,4% do estoque de empregados). Ainda assim, o fato de terem sido 11 deixa claro que as dificuldades da indústria não se limitaram a um ou a poucos segmentos. Em número de vínculos formais, as principais retrações ocorreram nos segmentos de couro e calçados (-5,6 mil), máquinas e equipamentos (-2,6 mil), vestuário (-1,3 mil) e produtos de metal exceto máquinas e equipamentos (-1,1 mil).

Os segmentos da IT que passaram por mais intensa contração, consideradas as variações relativas, foram vestuário, de um lado, e metalurgia, de outro, ambos com decréscimo de 6,4%, seguidos de têxteis (-6,2%) e couro e calçados (-5,3%). Percebe-se, com base na Tabela 9, que, considerados os resultados absolutos e os percentuais, alguns dos segmentos que enfrentaram retrações mais acentuadas constituem-se em atividades com significativa participação no emprego industrial. Outro aspecto que chama a atenção é a presença de divisões que se associam ao complexo metalmeccânico, o que pode ter sido induzido pelo mau desempenho de máquinas e equipamentos. Os eventos climáticos extremos parecem ter afetado a demanda por máquinas agrícolas, que respondem por 35 mil dos 73 mil empregos dessa divisão da CNAE 2.0.

As expansões mais significativas, em número de vínculos formais, tiveram dimensões menos expressivas: outros equipamentos de transporte exceto automotores (1,4 mil), produtos alimentícios (1,2 mil) e veículos automotores (1,1 mil). O primeiro desses segmentos é um dos menores da IT (menos de 1% do emprego setorial) e tem sido abordado recorrentemente em números anteriores deste boletim, devido às drásticas oscilações (inicialmente negativas e, a seguir, positivas) pelas quais passou ao longo da série do Novo Caged. Concentra-se quase exclusivamente na região Sul do Estado — especialmente São José do Norte — e na construção de embarcações. As variações radicais de seus estoques de emprego responderam a reviravoltas nas circunstâncias político-institucionais e econômicas relativas ao projeto de um polo naval nucleado pelo Porto de Rio Grande.

Do ponto de vista do percentual de crescimento, os destaques foram, primeiramente, esse mesmo segmento de embarcações (37,4%) e, a seguir, manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (7,1%) e produtos químicos (5,4%). Em um intervalo de tempo mais estendido, o emprego formal na IT gaúcha cresceu 12,5% nos três anos que se encerraram em outubro último. Apenas a fabricação de produtos do fumo registrou decréscimo de seu contingente, no período, com a eliminação de pouco menos de 200 postos de trabalho, o equivalente a -3,6%. O segundo resultado menos satisfatório, vale dizer, a variação positiva menos expressiva, ocorreu no segmento com o maior contingente de trabalhadores legalizados da IT do Estado: produtos alimentícios. Com 146,6 mil empregados em outubro de 2023, essa divisão da CNAE 2.0 abrigava 21,1% da força de trabalho formalizada na IT gaúcha, e seu contingente cresceu 5,7% nos últimos 36 meses. Com percentual pouco superior, de 5,8%, segue-se o segmento de farmoquímicos e farmacêuticos. As variações progridem, nesse ordenamento, até o máximo de 122,9% alcançados pelas embarcações (outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores), cujas especificidades já foram aludidas. O segundo maior crescimento relativo da IT gaúcha nos 36 meses analisados ficou com manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (40,0%).

Também no agregado do Brasil, a indústria — e, dentro dela, a IT — teve desempenhos negativamente diferenciados no cômputo dos últimos 12 meses disponíveis no Novo Caged. Enquanto o emprego formal total expandiu-se 3,4%, conforme já foi referido, o número de vínculos na indústria geral aumentou 1,3%, e o da IT, 1,1%. Integrando a indústria geral, com pequena participação no emprego formal (3,1%), destacaram-se, pelo percentual de crescimento (5,8%), as indústrias extrativas. Na escala nacional, a participação da indústria na estrutura do mercado formal de trabalho é de 19,4%, significativamente inferior à que se verifica no Rio Grande do Sul (26,7%). Os grandes grupamentos que tiveram maiores variações relativas do emprego, no Brasil, entre outubro de 2022 e outubro último, foram construção (6,2%) e serviços (4,2%).

Retomando-se a análise do nível estadual, ao se analisarem as divisões da CNAE 2.0 em sua totalidade, não apenas as da IT, constata-se que, nos últimos 12 meses disponíveis, as maiores expansões relativas⁸ do emprego formal ocorreram — logo após o excepcional segmento industrial das embarcações, acima analisado — em atividades de serviços: publicidade e pesquisa de mercado (16,2%), aluguéis não imobiliários e gestão de ativos intangíveis

⁸ Desconsideraram-se as divisões da CNAE 2.0 com menos de 1.000 trabalhadores vinculados em outubro último.

não financeiros (11,3%), agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas (10,5%) e atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial (10,0%) foram as que atingiram crescimentos iguais ou superiores a 10%. Em número de postos formalizados adicionais, comércio varejista (5,9 mil) assumiu a liderança, seguido, também aqui, por segmentos de serviços: serviços de escritório e de apoio administrativo (5,3 mil), alimentação (5,1 mil) e atividades de atenção à saúde humana (também 5,1 mil). As nove retrações mais significativas concentraram-se em divisões da CNAE 2.0 integrantes da indústria e da construção civil.

Na próxima subseção, retomam-se esses resultados, desta vez contrastando-se a expansão do emprego de trabalhadoras mulheres e de trabalhadores homens, segundo as divisões da CNAE 2.0, como um exercício que pode contribuir para o melhor conhecimento das diferenças de gênero que se constroem e se reproduzem no mundo do trabalho.

2.3 ATRIBUTOS PESSOAIS: O MONOPÓLIO DOS JOVENS E A PREDOMINÂNCIA DAS MULHERES NOS POSTOS ADICIONAIS

Nesta subseção, apresentam-se alguns elementos disponíveis na base do Novo Caged que se referem aos perfis de trabalhadores e trabalhadoras que conquistaram os postos de trabalho adicionais gerados no Estado, nesses últimos 12 meses da série estatística. Consideram-se, para isso, os saldos (que resultam da subtração do número de trabalhadores desligados do total de admitidos) segundo atributos pessoais dos indivíduos. Esse procedimento tem o caráter de uma aproximação, uma vez que certos atributos, como a idade, em especial, mas também a escolaridade de um empregado ou empregada, alteram-se ao longo de vínculos de trabalho mais duradouros, e o Novo Caged só opera com as informações de indivíduos que tenham passado por admissão ou desligamento no(s) mês(es) a que se refere, perdendo, assim, a acuidade sobre os coletivos de trabalho efetivamente em atividade a cada momento.

Ainda assim, as características das pessoas que, majoritariamente, ingressam ou saem do (relativamente privilegiado) circuito do emprego formal trazem indicações pertinentes para que se investiguem os vieses que operam no recrutamento e na dissolução de vínculos de trabalho, que, mesmo que indiretamente, podem indicar lógicas econômicas (associadas a custos salariais, que têm reconhecida correlação com idade e escolaridade, por exemplo), técnicas (de que a formação educacional é uma boa aproximação) e socioculturais (como no caso da atribuição de ocupações, preferencialmente, a homens ou a mulheres, que costuma reproduzir relações assimétricas entre os gêneros).

Iniciando-se pela idade, na **Tabela 10**, demonstra-se que, como vem sendo a regra na série do Novo Caged, a contratação de trabalhadores jovens teve, mais uma vez, entre outubro de 2022 e o mesmo mês deste ano, uma dominância esmagadora. No Rio Grande do Sul, nesse período, os trabalhadores menores de idade concentraram mais da metade do saldo de 47,4 mil postos, respondendo por 25,8 mil, ou 54,4%. Já a primeira faixa de indivíduos maiores de idade, entre 18 e 24 anos, teve 46,6 mil admissões a mais do que as demissões que enfrentou, e isso representou quase a totalidade do saldo geral do mercado formal gaúcho (98,4%). Ou seja, o saldo dessas duas faixas mais jovens, juntas, representou 1,5 vez o adicional de vínculos formais que o Rio Grande do Sul logrou criar. Evidentemente, o acerto de contas deu-se com os resultados negativos de praticamente todas as faixas etárias seguintes. Apenas o segmento entre 25 e 29 anos não enfrentou recuo, variando positivamente em pouco mais de 500 vínculos, tão somente. A partir daí, os desligamentos superaram significativamente as admissões, provocando retrações de 12,8 mil postos, no intervalo entre 50 e 64 anos; de 6,1 mil, entre 30 e 39 anos; de 4,3 mil, de 65 anos ou mais; de 2,3 mil, entre 40 e 49 anos.

No que se refere aos saldos por escolaridade, os resultados desses 12 meses mais recentes tampouco alteram as tendências que o Boletim vem detectando a cada novo número. Primeiramente, reencontra-se a restrição ao recrutamento de trabalhadores com escolaridade inferior ao ensino médio incompleto. Embora, na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)⁹ de 2021, esse segmento ainda representasse 19,0% dos empregados formais gaúchos, a

⁹ A RAIS, assim como o Novo Caged, é produzida pelo Ministério do Trabalho e Emprego. As duas bases guardam muitas semelhanças, mas não são diretamente comparáveis. Toma-se a RAIS, aqui, como uma aproximação, aproveitando-se o fato de que ela capta o conjunto de empregados formais, não apenas os que passaram por movimentações (admissões ou desligamentos) no período de referência.

série do Novo Caged tem apontado saldos sempre negativos entre admissões e desligamentos desses trabalhadores. Entre outubro de 2022 e outubro último, foram -3,3 mil vínculos para essa grande faixa que abarca desde analfabetos (os quais, paradoxalmente, apresentaram pequeno saldo positivo, tendo-se presente que se trata de um segmento residual desse universo) até indivíduos com ensino fundamental completo. No polo oposto dessa distribuição, entretanto, não se identifica uma preferência do mercado formal de trabalho pelo engajamento de indivíduos com mais altos níveis de educação formal: trabalhadores com ensino superior completo protagonizaram mais desligamentos do que admissões, o que levou a uma redução de 1,3 mil vínculos nesse segmento. Para os indivíduos com ensino superior incompleto, o cômputo foi positivo, mas redundou em apenas 621 postos adicionais, o que equivale a 1,3% do saldo total obtido no emprego formal do Estado. Consideradas juntas, essas duas faixas abarcavam 28,0% dos empregados formais do Estado, ao final de 2021, segundo a RAIS; nesses últimos 12 meses, não foram contempladas na expansão captada pelo Novo Caged, sofrendo, ao contrário, pequena retração. Esse estreitamento de oportunidades nas “extremidades” da distribuição dos trabalhadores segundo a escolaridade, portanto, resulta de uma sobrerrepresentação das admissões de indivíduos com ensino médio incompleto — cuja expansão correspondeu a 20,7% do saldo geral do emprego formal gaúcho — ou, especialmente, ensino médio completo — com 87,8% de representação na elevação do número de vínculos legalizados. Na estrutura desse mercado, segundo a RAIS, a soma desses dois níveis de escolaridade representa a maioria, mas sua participação limita-se a 52,9%.

Tabela 10 - Distribuição do saldo do emprego formal e participação no saldo de out./2022-out./2023 e participação no estoque de emprego formal em 31/dez./2021, segundo atributos selecionados dos trabalhadores, no Rio Grande do Sul

DISCRIMINAÇÃO	NOVO CAGED		RAIS 2021
	OUT/23	OUT/22	(31/DEZ)
	Saldo	Participação % no Saldo	Participação % no Estoque
Sexo (total)	47.403	100,0	100,0
Homens	22.263	47,0	53,2
Mulheres	25.140	53,0	46,8
Faixa etária (total)	47.403	100,0	100,0
Menos de 18 anos	25.802	54,4	1,3
De 18 a 24 anos	46.645	98,4	14,2
De 25 a 29 anos	503	1,1	13,3
De 30 a 39 anos	-6.127	-12,9	28,2
De 40 a 49 anos	-2.309	-4,9	23,4
De 50 a 64 anos	-12.849	-27,1	17,8
65 ou mais	-4.262	-9,0	1,7
Escolaridade (total)	47.403	100,0	100,0
Analfabeto	449	0,9	0,2
Fundamental incompleto	-3.071	-6,5	10,0
Fundamental completo	-719	-1,5	8,8
Médio incompleto	9.811	20,7	7,8
Médio completo	41.630	87,8	45,1
Superior incompleto	621	1,3	6,3
Superior completo	-1.318	-2,8	21,7

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2023).
RAIS (Brasil, 2022).

Por fim, pelo critério de sexo, o saldo de empregos formais gerado no mercado de trabalho gaúcho, entre outubro de 2022 e o mesmo mês deste ano, contemplou mais do que proporcionalmente as mulheres, que alcançaram 53,0% do total de postos adicionais, contra 47,0% dos homens. É curioso observar que essa relação, na distribuição do saldo recente, é, matematicamente, o inverso quase exato das participações de cada sexo no universo de trabalhadores formais em atividade ao final de 2021, conforme a apuração da RAIS. Nessa, os homens representavam 53,2%. A “dianteira” feminina, nos últimos 12 meses disponíveis, sinaliza a continuidade de uma tendência que as séries históricas da RAIS permitem detectar, de gradativa convergência de participações entre os sexos, no mercado formal de trabalho. Por certo, a desigualdade de gênero envolve muitas e complexas dimensões, para além do *quantum* de em-

pregos formais a que têm acesso homens e mulheres. Uma delas, por exemplo, envolve as desigualdades de remuneração — periodicamente, este boletim acompanha as diferenças dos salários de ingresso no mercado formal, segundo o sexo (e.g. Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul, 2023). Nesta seção, faz-se uma aproximação à distribuição setorial dos empregos adicionais, apontando-se convergências e contrastes na “alocação” de homens e mulheres nas diferentes atividades econômicas. Esses resultados podem subsidiar a discussão sobre os padrões de inserção de cada gênero no mundo do trabalho e suas conexões com padrões socioculturais arraigados ou em transformação.

Na **Tabela 11**, uma primeira evidência curiosa destaca-se visualmente: as atividades econômicas em que as mulheres alcançaram as mais elevadas expansões absolutas do emprego formal tiveram forte correspondência — em que pese a algumas diferenças no ordenamento — com aquelas que se destacaram para o total de trabalhadores, que inclui ambos os sexos. O inverso simétrico verificou-se com os homens no “quadrante” dos destaques negativos.

Tabela 11 - Saldos do emprego formal, por sexo e total, em divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) selecionadas, no Rio Grande do Sul — out./2022-out./2023

DIVISÕES DA CNAE 2.0	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Comércio varejista	2.463	3.415	5.878
Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas	1.906	3.363	5.269
Alimentação	2.383	2.727	5.110
Atividades de atenção à saúde humana	1.000	4.092	5.092
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	2.822	1.972	4.794
Educação	700	3.158	3.858
Atividades de vigilância, segurança e investigação	2.666	909	3.575
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	2.583	259	2.842
Transporte terrestre	2.239	342	2.581
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	-117	-1.213	-1.330
Construção de edifícios	-1.173	-490	-1.663
Obras de infraestrutura	-2.339	-123	-2.462
Fabricação de máquinas e equipamentos	-2.545	-30	-2.575
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-2.243	-3.334	-5.577

Fonte: Microdados do Novo Caged (Brasil, 2023).

Nota: Selecionadas as divisões em que houve as maiores variações absolutas do emprego para cada um dos três conjuntos de trabalhadores.

O maior volume de empregos adicionais para as mulheres foi registrado na divisão atenção à saúde humana, que ficou em quarto lugar nos saldos globais e não se destacou para os homens. Comércio varejista representou o segundo maior destino de novos vínculos femininos, foi o quarto colocado para o sexo masculino e obteve a primeira colocação no ranqueamento geral. O terceiro maior adicional absoluto de vínculos para as mulheres foi serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas, divisão que ficou em segunda posição para o conjunto, mas não ocupou uma das principais colocações para o sexo masculino. Outra atividade econômica que desfrutou um lugar de realce (6.º posto) nas oportunidades para as mulheres, mas não se colocou entre as principais empregadoras de homens e tampouco no total, foi educação.

Para os homens, a maior variação absoluta deu-se na divisão comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas, mas essa ficou em sexto lugar para as trabalhadoras, ocupando, ao fim, a quinta posição para o conjunto de ambos os sexos. O segundo e o terceiro lugares na expansão de vagas para os homens não atingiram condição de destaque nem para as mulheres, nem para o total: atividades de vigilância, segurança e investigação; e agricultura, pecuária e serviços relacionados, respectivamente. O outro segmento que ficou em posição de destaque (6.ª posição) para o sexo masculino, sem correspondência no segmento das mulheres nem presença no total, foi transporte terrestre.

Quando se trata das divisões que tiveram retração de contingente, o maior número de postos foi perdido, para a soma dos dois sexos, em preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados. Esse foi também o principal foco de decréscimo do emprego feminino, mas, para os homens, ocupou a terceira posição. Para as trabalhadoras, a segunda maior perda registrou-se em confecção de artigos do vestuário e acessórios — nesse caso, o encolhimento da divisão teve especial peso apenas para elas. Junto ao sexo masculino, a maior retração absoluta teve lugar no segmento de fabricação de máquinas e equipamentos, que, mesmo não figurando com relevância nas perdas das mulheres, ocupou a segunda pior posição no ordenamento total. Situação

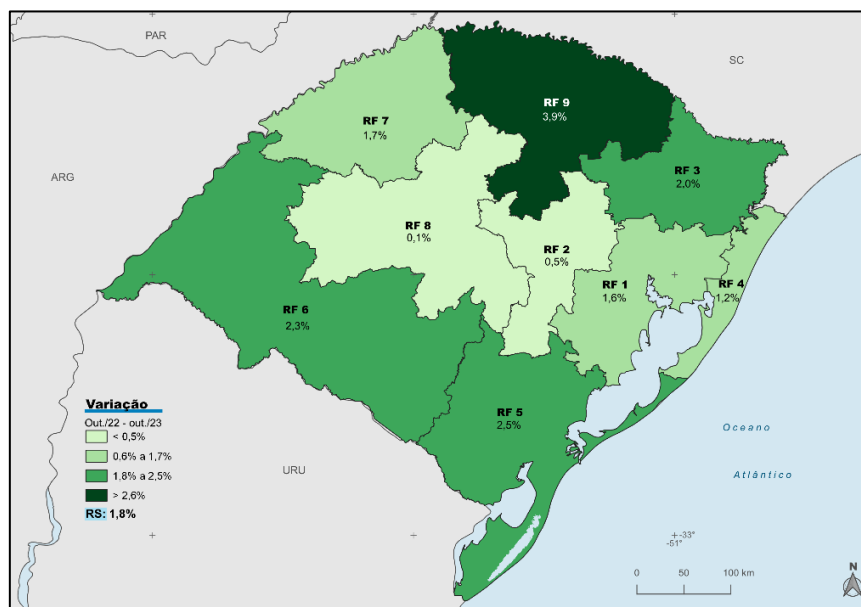
análoga verificou-se para a segunda maior retração junto aos homens, obras de infraestrutura, que pouco se alterou junto ao contingente feminino, mas, ainda assim, respondeu pela terceira maior diminuição absoluta de postos para a soma de homens e mulheres.

Os dados desses 12 meses permitem identificar fenômenos como, por exemplo, a associação preferencial das mulheres às atividades de educar e cuidar da saúde de outrem, e, para os homens, preferência em funções que, potencialmente, requerem mais intensas prestações físicas, como agricultura, transporte e vigilância. A expansão ou a retração do emprego, sem qualquer surpresa, tende a reproduzir, a cada conjuntura, padrões duradouros — ainda que, evidentemente, em permanente disputa e transformação — de alocação diferenciada da força de trabalho feminina e masculina, que se articulam com desigualdades na atribuição de *status* e nas remunerações, por exemplo. Admissões e desligamentos de trabalhadoras e trabalhadores não expressam meramente preferências de empregadores, refletindo processos culturais com que se cunham subjetividades, “vocações”, reconhecimentos sociais, acessos à formação e muitas outras modalidades de incentivos ou barreiras.

2.4 A HETEROGENEIDADE DAS VARIAÇÕES NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RS

O crescimento do emprego formal no Rio Grande do Sul, nos últimos 12 meses da série do Novo Caged, teve intensidades bastante diferenciadas entre as Regiões Funcionais em que se subdivide o Estado para propósitos de planejamento. Distribuiu-se entre uma virtual estagnação (0,1% de variação) na RF 8 (Central, nucleada pelo Município de Santa Maria) e uma expansão de 3,9%, na RF 9 (Norte, em que se destacam Passo Fundo e Erechim), cuja variação representa mais do que o dobro do 1,8% verificado no agregado do Estado. Na primeira dessas regiões, tiveram influência negativa os desempenhos adversos na fabricação de tratores e máquinas agrícolas, bem como a construção; na segunda, atividades que geraram importantes saldos foram abate e fabricação de produtos de carne e serviços como publicidade e intermediação de mão de obra.

Mapa 1 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — out./2022-out./2023



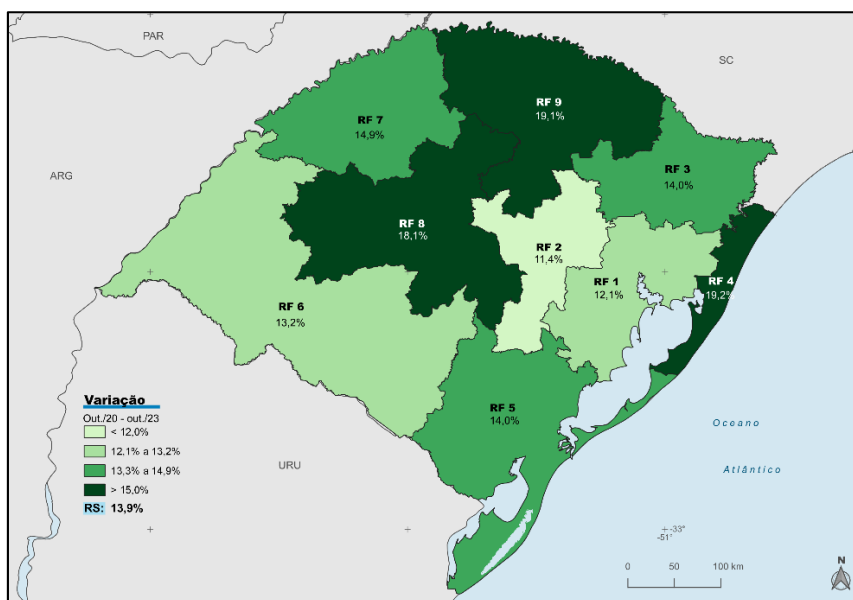
Fonte: Novo Caged (Brasil, 2023).

A região dos Vales do Taquari e Rio Pardo (RF 2), especialmente assolada pelos eventos climáticos extremos dos últimos meses, teve a segunda menor elevação do emprego (0,5%). Já o segundo melhor resultado, no Sul do Estado (RF 5), refletiu, mais uma vez, o impacto positivo sobre aquele mercado de trabalho — que só não é menor do que o da RF 4 — da excepcional expansão do segmento produtor de embarcações. A Serra (RF 3), que, nos acompanhamentos anteriores, ocupava uma posição mais desfavorável no ordenamento do Estado, logrou, dessa vez, apesar dos maus resultados agregados da indústria, um crescimento do emprego formal ligeiramente superior

ao do conjunto do Estado. Contaram para isso os resultados positivos na fabricação de cabines, carrocerias, reboques, caminhões e ônibus e também um saldo positivo na produção de lavouras permanentes, além de avanços espalhados em atividades de serviços.

Quando se acumulam os últimos três anos completos de Novo Caged (**Mapa 2**), a contar do final de 2020, a dispersão dos resultados é consideravelmente menor, e os crescimentos são mais expressivos do que nos últimos 12 meses — sempre se tendo presente o efeito de a base de partida ser o atípico e acidentado ano de 2020. Nesse recorte, o melhor desempenho permanece com a RF 4, Litoral Norte, que se manteve em posição de liderança, muitas vezes isolada, em boa parte dos acompanhamentos realizados por este boletim, especialmente ao longo de 2020 e 2021. Todos os indícios são de que a expansão da participação desse pequeno mercado de trabalho no conjunto do Estado — já detectada bem antes da presente década, como tendência, em estudos de economia regional — tenha sido impulsionada por uma atração populacional excepcional, associada à busca de isolamento social no contexto da emergência sanitária deflagrada pela COVID-19. A RF 9, também nesse intervalo ampliado, mostra o vigor da dinamização de sua economia, com a presença de segmentos industriais consistentes e uma articulação desse setor com a produção agropecuária.

Mapa 2 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — jul./2020-jul./2023



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2023).

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se encerrar esta breve análise, é pertinente realçar que a série do Novo Caged — que se iniciou em um contexto marcado pela drástica atipicidade da emergência sanitária associada à pandemia de COVID-19, o que amplificou as dificuldades de se consolidar uma referência minimamente sólida para a apreensão dos movimentos ao longo das sucessivas conjunturas — está prestes a completar quatro anos e não é uma evidência de pouca importância que, entre março de 2021 e outubro de 2023, não tenha havido registro de variação negativa do resultado anualizado do emprego formal, seja no País, seja no Rio Grande do Sul. Não se deve perder de vista que a dinâmica que antecede esse período, como aponta a RAIS — tomada como aproximação, uma vez que não é diretamente comparável ao Novo Caged —, havia sido de sucessivas retrações no emprego formal do Estado, entre o final de 2014 e o final de 2020, e que a edição de 2021 daquela pesquisa — a mais recente até o momento — ainda mostra um estoque de vínculos legalizados inferior aos dos anos de 2012 a 2015.

Deve-se ter presente, ademais, que as sucessivas alterações da legislação trabalhista — contempladas em algumas das mudanças metodológicas incorporadas na concepção do Novo Caged — trazem para a conceituação mesma de emprego formal configurações das relações de trabalho que, há 10 anos, não seriam assim caracterizadas.

Considerados esses aspectos, essa série estatística evidencia uma trajetória consideravelmente longa de crescimento do emprego formal nos níveis nacional e estadual.

Nesta seção, procurou-se destacar, primeiramente, que esse movimento tem um impulso tendencialmente decrescente, o que se manifestou de forma ainda mais clara no caso do Rio Grande do Sul. O Estado, ademais, merece especial atenção e debate, por vir mantendo-se nas últimas posições do ordenamento do desempenho do emprego formal nas 27 UFs brasileiras. Nestes últimos 12 meses analisados, uma variação anual negativa do emprego da indústria gaúcha também foi um resultado que interrompeu uma longa série de crescimentos, de intensidade variável.

Repetem-se, ainda, características que vêm sendo praticamente constantes no perfil da mão de obra majoritariamente incorporada ao mercado formal gaúcho, em que predominam indivíduos muito jovens — com considerável participação dos menores de idade — e com um nível de escolaridade que, para além de não incorporar, parece reduzir a participação dos profissionais com nível superior completo.

BOX

MUDANÇA DA ESTRUTURA ETÁRIA DA FORÇA DE TRABALHO E DESOCUPAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Nas últimas décadas, a população brasileira vem passando por processo de mudança na sua estrutura etária, que se manifesta no aumento do peso relativo dos grupos populacionais de idades mais avançadas e na retração daqueles mais jovens (Camarano, 2014; IBGE, 2023a). Neste *box*, trata-se de um tema correlato a esse processo, o da mudança da estrutura etária da força de trabalho (FT) no âmbito do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul e das suas implicações para a evolução da desocupação no Estado, no período do terceiro trimestre de 2012 ao terceiro trimestre de 2023, com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Conforme mostra o **Gráfico A.1**, quando se compara o terceiro trimestre de 2012 com o terceiro trimestre de 2023, constata-se que aumentaram os seus pesos relativos na FT do RS os grupos de adultos de 40 a 59 anos (de 37,3% para 38,9%) e de idosos de 60 anos ou mais (de 5,9% para 8,7%), enquanto os de jovens de 14 a 17 anos e de 18 a 24 anos se retraíram (de 3,3% para 2,3% e de 16,4% para 13,3% respectivamente).

A partir dessas evidências sobre a mudança na estrutura etária da FT do RS, a questão que se coloca é: quais foram as suas implicações para a evolução da desocupação no Estado? Para tentar respondê-la, adota-se o procedimento proposto por Katz e Krueger (1999) para elaborar o que denominaram de taxa de desocupação idade constante. De acordo com esses autores (Katz; Krueger, 1999, p. 26), a taxa de desocupação agregada no período t pode ser definida como:

$$TD_t = \sum_j \omega_{jt} TD_{jt}$$

em que:

TD_t : taxa de desocupação agregada no período t ;

ω_{jt} : peso relativo do grupo etário j na força de trabalho no período t ;

TD_{jt} : taxa de desocupação do grupo etário j no período t .

Ou seja, a taxa de desocupação agregada no período t é uma média ponderada das taxas de desocupação idade específicas, sendo os seus pesos as parcelas relativas de cada grupo etário na FT.

A sugestão de Katz e Krueger (1999) para elaborar a taxa de desocupação idade constante é a de manter os pesos relativos dos grupos etários na FT fixados em um período base, nos seguintes termos:

$$TD_t^{IC} = \sum_j \omega_{jb} TD_{jt}$$

na qual:

TD_t^{IC} : taxa de desocupação idade constante no período t ;

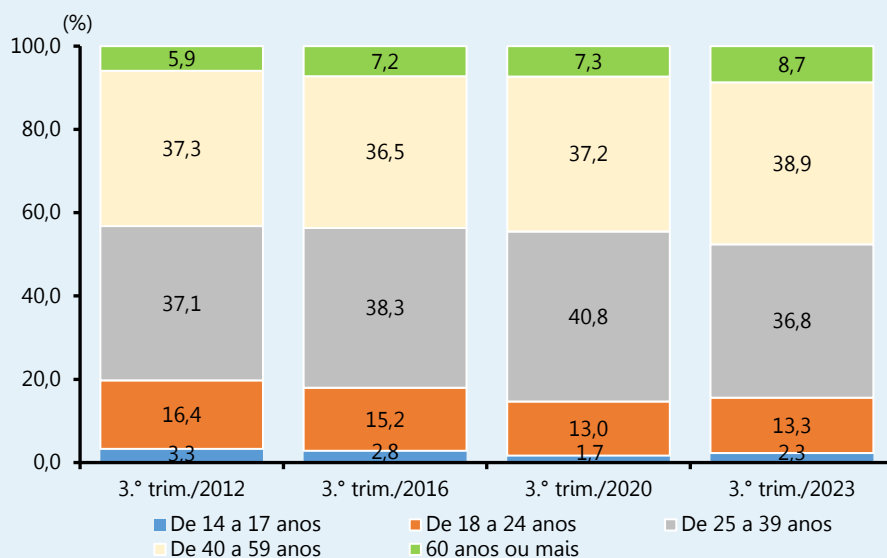
ω_{jb} : peso relativo do grupo etário j na FT no período base b ;

TD_{jt} : taxa de desocupação do grupo etário j no período t .

Dessa forma, obtém-se o indicador denominado taxa de desocupação idade constante, uma vez que, em seu cálculo, a estrutura etária da FT será fixada em um período base. Tal indicador permite, quando cotejado com a taxa de desocupação usual, avaliar a influência da mudança na estrutura etária da FT sobre a evolução da desocupação.

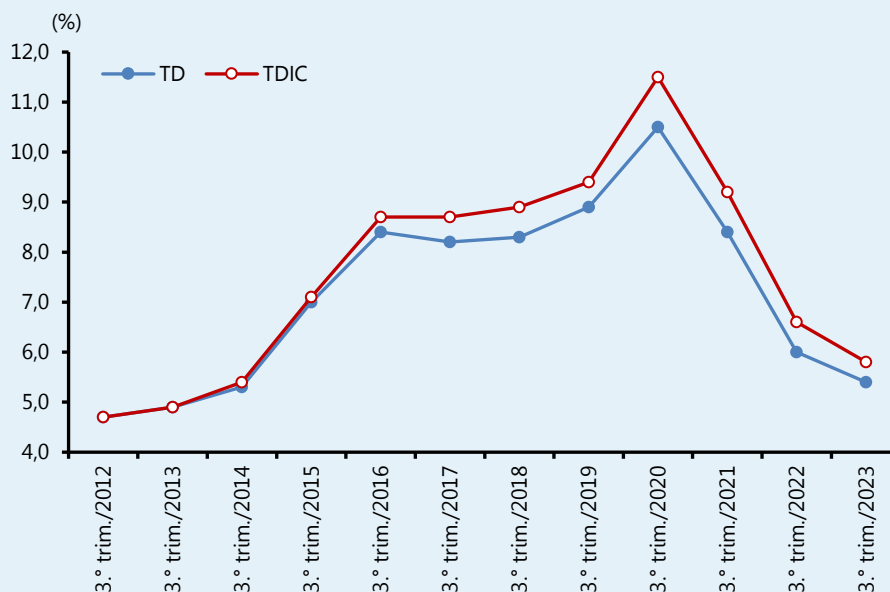
Tendo por referência o que foi exposto, procura-se, a seguir, comparar a evolução da TD_t^{IC} com a da TD_t no mercado de trabalho do RS, no período de 2012 a 2023, sendo que, no primeiro indicador, a estrutura da FT por grupos etários tem como base o terceiro trimestre de 2012 (**Gráfico A.2**). De acordo com o que se pode perceber, na medida em que o período analisado vai transcorrendo, forma-se um hiato entre a TD_t^{IC} e a TD_t , sendo que o primeiro indicador se situa em níveis superiores aos do segundo. Esse hiato está justamente apreendendo a influência da mudança na estrutura etária da FT do Estado sobre a desocupação, no sentido de que o aumento do peso relativo dos idosos e a perda do peso relativo dos jovens na FT traz consigo menores níveis da desocupação, isto porque os últimos têm taxas de desocupação idade específicas muito mais elevadas do que os primeiros (ver evidências da **Tabela A.1**). Para se ter uma noção da relevância dessa mudança da estrutura etária da FT na desocupação — capturada pelo hiato entre a TD_t^{IC} e a TD_t —, no terceiro trimestre de 2023, a diferença entre os dois indicadores, de 0,4 ponto percentual, implicaria que o contingente de desocupados no RS passaria de 331 mil para 358 mil pessoas. Assim, a comparação entre a TD_t^{IC} e TD_t revela que a mudança da estrutura etária da FT anteriormente esboçada atenuou o aumento da desocupação no RS no período.

Gráfico A.1- Distribuição da força de trabalho, por grupos etários, no Rio Grande do Sul — trimestres selecionados



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b, 2023c).

Gráfico A.2 - Taxa de desocupação (TD) e taxa de desocupação idade constante (TDIC) no Rio Grande do Sul — trimestres selecionados



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b, 2023c).

Nota: A TDIC foi elaborada com os dados da Pesquisa.

Tabela A.1 - Taxa de desocupação total e por grupos etários no Rio Grande do Sul — trimestres selecionados

DISCRIMI- NAÇÃO	3º TRIM/12	3º TRIM/13	3º TRIM/14	3º TRIM/15	3º TRIM/16	3º TRIM/17	3º TRIM/18	3º TRIM/19	3º TRIM/20	3º TRIM/21	3º TRIM/22	3º TRIM/23
Total	4,7	4,9	5,3	7,0	8,4	8,2	8,3	8,9	10,5	8,4	6,0	5,4
De 14 a 17 anos	15,1	20,0	20,4	25,5	35,3	38,8	36,0	40,4	44,6	29,9	33,9	25,1
De 18 a 24 anos	9,5	10,1	13,6	15,7	17,7	17,9	17,0	17,4	21,7	19,6	11,6	11,4
De 25 a 39 anos	4,4	4,7	4,5	6,3	7,9	7,4	7,5	8,1	9,4	7,2	5,1	4,4
De 40 a 59 anos	2,4	2,2	2,0	3,1	4,2	4,3	5,3	5,4	7,6	5,8	4,0	3,5
60 anos ou mais	1,3	1,0	1,0	2,7	2,1	2,4	2,6	4,1	2,9	2,7	2,9	3,1

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b, 2023c).

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, P. F. de; TONETO JR., R. **Relocalização do emprego industrial formal no Brasil na década de 90**. Rio de Janeiro, Pesq. Plan. Econ., v.31, n.1, p.153-186, abr.2001. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3410/5/PPE_v31_n01_Relocalizacao.pdf. Acesso em 14 nov. 2023.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 2, n. 4, 2020. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 27 jan. 2021.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 5, n. 1, 2023. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 29 nov. 2023
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Base estatística RAIS**. Brasília, DF: MTE, 2022. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 19 set. 2023.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Estatísticas mensais do emprego formal** — Novo Caged: julho 2023. Brasília, DF: MTE, 2023. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 04 dez. 2023.
- CAMARANO, A. (Org.) **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Brasília: IPEA, 2014.
- CARVALHO, S. Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia – resultados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2021. **Carta de Conjuntura**. Brasília: IPEA, n. 52, 3º trimestre, p. 1-17, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210917_cc_52_nota_25_rendimentos_do_trabalho.pdf. Acesso em: 22 set. 2021.
- CONCEIÇÃO, C. S.; LAZZARI, M. R.; FANTINEL, V. D. **Resultados do PIB Trimestral do Rio Grande do Sul** — 4.º trimestre de 2020. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2021. (Nota Técnica n. 34). Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//pib-trimestral-rs-4-trim-2020-nt-dee-34.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- CONCEIÇÃO, C. S.; LAZZARI, M. R.; FANTINEL, V. D. **Resultados do PIB Trimestral do Rio Grande do Sul** — 4.º trimestre de 2022. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2023a. (Nota Técnica n. 73). Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//pib-trimestral-rs-4-trim-2020-nt-dee-72.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- CONCEIÇÃO, C. S.; LAZZARI, M. R.; FANTINEL, V. D. **Resultados do PIB do Rio Grande do Sul em 2021**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2023b. (Nota Técnica n. 84). Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos//nt-dee-84-resultados-do-pib-do-rio-grande-do-sul-em-2021-1.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2023
- IBGE. **Censo demográfico 2022** — População por idade e sexo. Resultados do universo: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73102>. Acesso em: 17 nov. 2023.
- IBGE. **Medidas de subutilização da força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. (Nota técnica, n. 2). Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_022016.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: PNAD Contínua — Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2023. Acesso em: 27 novembro 2023.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — Divulgação Trimestral — 3.º trimestre de 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 22 novembro 2023.

ILO. **Key indicators of the labour market**. Geneva: ILO, 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---stat/documents/publication/wcms_498929.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020

KATZ, L.; KRUEGER, A. **The high-pressure U.S. labor market of the 1990s**. Princeton: Princeton University, 1999. (Working paper n. 416) Disponível em: <http://harris.princeton.edu/pubs/pdfs/416.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2017.

OIT. **Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo**. Genebra: OIT, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dqreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_234036.pdf. Acesso em: 5 jun. 2019.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL